



Universidade Federal do Ceará

Centro de Humanidades

Departamento de Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

GABRIELA COLARES TEIXEIRA

**As mulheres da Pracaju: um olhar sobre gênero e Economia Solidária em
Baixa das Carnaúbas, Caucaia – CE**

FORTALEZA

2016

GABRIELA COLARES TEIXEIRA

**As mulheres da Pracaju: um olhar sobre gênero e Economia Solidária em
Baixa das Carnaúbas, Caucaia – CE.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Dr. Antonio George Lopes Paulino.

FORTALEZA

Julho de 2016

GABRIELA COLARES TEIXEIRA

**As mulheres da Pracaju: um olhar sobre gênero e Economia Solidária em
Baixa das Carnaúbas, Caucaia – CE.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em ___/___/_____

Banca examinadora

Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Maria Neyára de Oliveira Araújo (UFC)

Prof. Dra. Gustavo Bezerril Cavalcante
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

A minha mãe e meu pai, simplesmente por tudo.

A vovó Dete, pela amizade, carinho e apoio e ao vovô Juarez, pelo exemplo deixado.

A vovó Ana e vovô Luís por estarem de portas e braços sempre abertos.

Aos meus irmãos Gustavo, Luís Pedro e João Victor, porque justificam tudo. “Por eles é que eu faço bonito, por eles é que eu faço palhaço, por eles é que eu saio do tom e me esqueço no tempo e no espaço, quase levito, faço sonhos de crepom; e quando eles estão nos meus braços, as tristezas parecem banais, o meu coração aos pedaços se remenda prum número a mais; por eles é que o show continua e faço careta e trapaça é pra eles que eu faço cartaz, é por eles que espanto de casa as sombras da rua, faço a lua, faço a brisa...”

Ao Flávio, pelo companheirismo, por suas sugestões, correções e carinho constante. Você foi fundamental e essencial.

A tia Lourena, tia Lu e Lara, pelo carinho e apoio.

A Nicolle e a Bruna porque são primazirmãzamiga.

A madrinha e ao padrinho, pela ajuda fundamental.

Ao tio Júnior, pela influência no gosto pela música.

Aos amigos do MCC, pela alegria de cada dia. Vocês tornaram os dias mais fáceis.

Ao Prof. Antonio George Lopes Paulino, por sua orientação e estímulo.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo apoio financeiro como bolsista

Às mulheres da Pracaju, interlocutores nesta investigação, pela disponibilidade.

RESUMO

Esta dissertação aborda a experiência do associativismo, no âmbito da economia solidária, no grupo de mulheres do projeto Pracaju – Produção Rural Alternativa de Caju, realizado na comunidade Baixa das Carnaúbas, localidade de Matões, distrito de Guararu, em Caucaia – CE. O referido projeto consiste na produção de alimentos para venda a partir de frutos da região, tendo como carro-chefe o beneficiamento do Caju (*Anacardium occidentale*), fazendo uso, no entanto, durante a entressafra, de outros frutos que se produzem na comunidade, como cajá (*Spondias mombin*), goiaba (*Psidium guajava*), manga (*Mangifera indica*), acerola (*Malpighia glabra*), ubaia (*Eugenia pyriformis*) etc. Partindo do pressuposto de que a pobreza atinge de modo específico as mulheres, a investigação teve por escopo compreender como as mulheres de um projeto associativo no meio rural cearense vivem o processo de colaboração entre elas, e de que forma vivenciam e interpretam a experiência de estarem vinculadas a uma associação e da geração de renda. Nesse contexto, esta pesquisa direcionou-se a analisar como se caracteriza um processo em movimento, que tem a solidariedade como uma via possível para estimular o rompimento de uma lógica de dependência, intrínseca a uma sociedade patriarcal, no sentido de abrir perspectivas de autonomia e de convivência harmoniosa com o meio ambiente. O estudo buscou perceber ainda de que maneira tal cooperação contribui para o desenvolvimento local da comunidade onde o projeto se insere. O trabalho de campo inspirou-se em uma perspectiva antropológica e priorizou a adoção de estratégias, métodos e técnicas qualitativas, com o intuito de observar o processo da auto-organização dessas mulheres. Além de observação em campo, foram realizadas entrevistas gravadas que seguiram um roteiro semi-aberto. A pesquisa contou com aportes teóricos-conceituais sobre os temas: gênero, economia solidária, teoria da dádiva e desenvolvimento local.

Palavras-chave: Economia Solidária, Gênero, Associação, Mulheres, Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

This dissertation deals with the association of experience within the social economy, women in the group Pracaju project - Rural Production Alternative Cashew held in Lower community of Carnaúbas, locality Matões, Guararu district of Caucaia - CE. This project is the production of food for sale from fruits of the region, with the flagship beneficiation Cashew (*Anacardium occidentale*), making use, however, during the off season, other fruits that occur in the community, as hog plum (*Spondias mombin*), guava (*Psidium guajava*), mango (*Mangifera indica*), acerola (*Malpighia glabra*), ubaia (*Eugenia pyriformis*) etc. On the assumption that poverty affects specifically women, the investigation was scope to understand how women of an associative project in Ceara rural areas live the collaborative process between them, and how they experience and interpret the experience of being linked to an association and income generation. In this context, this research is directed to analyze how features a process in motion which has solidarity as a possible way to stimulate the breaking of a dependency logic intrinsic to a patriarchal society, to open up prospects for autonomy and of harmonious coexistence with the environment. The study has also sought to understand how such cooperation contributes to the local development of the community where the project operates. The field work was inspired by an anthropological perspective and prioritized the adoption of strategies, methods and qualitative techniques, in order to observe the process of self-organization of these women. In addition to field observation, recorded interviews were conducted that followed a semi-open script. The research was theoretical and conceptual contributions on the topics: gender, social economy, theory of gift and local development.

Keywords: Solidarity Economy, Gender, Association, Women, Local Development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASMUB - Associação das Mulheres de Barreiras

EES - Empreendimentos Econômicos Solidários

CIPP - Complexo Industrial e Portuário do Pecém

CSP - Companhia Siderúrgica do Pecém

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

Pracaju - Produção Rural Alternativa de Caju

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 QUEM SÃO ELAS? AS MULHERES DA PRACAJU E SEU TRABALHO.....	25
2.1 Apresentando a Pracaju.....	25
2.2 As mulheres da Pracaju e a vulnerabilidade de gênero.....	27
2.3 As mulheres da Pracaju e seu trabalho: desponta a experiência da solidariedade.....	31
3 “A PRACAJU É A CHEFE”: A EXPERIÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM UM GRUPO DE MULHERES.....	50
3.1 Economia solidária: delineando o conceito a partir do seu desenvolvimento histórico.....	53
3.2 A Pracaju e a experiência da economia solidária.....	55
4 “A PRACAJU VEIO PRA IMPACTAR”: A PRACAJU E A COMUNIDADE.....	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	83

INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda a experiência do associativismo, no âmbito da economia solidária, no grupo de mulheres do projeto Pracaju – Produção Rural Alternativa de Caju, realizado na comunidade Baixa das Carnaúbas, localidade de Matões, distrito de Guararu, em Caucaia – CE. A comunidade encontra-se a cerca de 60 km de Fortaleza e localiza-se na porção oeste da Região Metropolitana, parte do estado do Ceará abrangida pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). O referido projeto consiste na produção de alimentos para venda a partir de frutos da região, tendo como carro-chefe o beneficiamento do Caju.

O estudo tem por escopo compreender, através de uma inspiração na perspectiva antropológica, como as mulheres de um projeto associativo no meio rural cearense vivem o processo de colaboração entre elas, e de que forma interpretam e vivenciam a experiência da solidariedade e da geração de renda. Assim, a investigação partiu do pressuposto de que a pobreza atinge de modo específico as mulheres, principalmente aquelas que vivem no meio rural. Segundo Guérin (2005), a especificidade da pobreza feminina leva à necessidade de buscar outras formas de solidariedade. As mulheres são, segundo a autora, frequentemente os primeiros sujeitos das práticas da economia solidária, uma vez que essas experimentações oferecem uma oportunidade inédita no avanço das lutas contra as desigualdades entre os sexos. Nesse contexto, o presente estudo busca compreender, levando em conta a feminização da pobreza e a situação de vulnerabilidade no meio rural, como se caracteriza um processo em movimento, que tem a solidariedade como uma via possível para estimular o rompimento de uma lógica de dependência, intrínseca a uma sociedade patriarcal e clientelista, no sentido de abrir perspectivas de autonomia e de convivência harmoniosa com o meio ambiente.

O interesse por esse assunto surgiu durante minha participação na pesquisa *A Importância Relativa da Capacidade Genérica e Específica na Redução de Vulnerabilidade a Variação Climática*, do qual fiz parte nos anos de 2012 a 2014. A pesquisa – realizada pelo Departamento de Antropologia da Universidade da Geórgia, em parceria com a Universidade de Michigan e a UFC, e financiada pela

Fundação Nacional de Ciência (NSF) dos Estados Unidos – foi desenvolvida nos municípios de Itarema, Boa Viagem, Parambu, Guaraciaba do Norte, Limoeiro do Norte e Barbalha e consistia em entender como os impactos do clima afetam os diferentes grupos de produtores do Ceará e como tais impactos têm mudado durante os últimos 15 anos. Nas entrevistas que fiz com famílias de agricultores no curso do projeto, despertou-me especial atenção a situação das mulheres que, de acordo com minha observação pessoal (não sendo assim a conclusão da pesquisa), tinham sua renda muitas vezes ligada à aposentadoria, ao Programa Bolsa Família, à dependência do marido e à participação em cooperativas de mulheres (de artesanato, alimentos etc). Esta última opção, que muitas vezes existia concomitantemente a alguma das outras, pareceu-me apontar um tema fecundo para o desenvolvimento de uma pesquisa por quem sempre se motivou a compreender desigualdade e pobreza, principalmente no que diz respeito às mulheres e também à questão ambiental.

Assim, durante o primeiro ano de mestrado (2014), dediquei-me a buscar as cooperativas que havia conhecido em 2012 e, para minha surpresa, nos três municípios mais próximos não as encontrei mais. Fui até Boa Viagem e Parambu, telefonei para órgãos públicos de Itarema e não consegui encontrar nenhuma delas. Ressalto aqui que a bolsa de pesquisa não oferecia recursos suficientes para determinados deslocamentos. Se houvesse tais recursos, o caminho antropológico seria buscar o encontro com as mulheres em suas comunidades e não em órgãos públicos como me restou fazer. Para continuar pesquisando em um dos municípios onde eu já havia ido a campo pela pesquisa americana, me restava buscar cooperativas em Barbalha, Limoeiro do Norte ou Guaraciaba do Norte. No entanto, optei por abrir mão desses municípios em função da distância e do tempo escasso disponível no mestrado, bem como da já citada falta de verba. Levei em consideração também o fato de eu ainda estar cursando disciplinas no Programa de Pós-Graduação, o que poderia ficar comprometido com viagens para ir a campo.

Durante essa procura, descobri a Associação de Mulheres no Município de Macondo (ASMUM)¹ e se deu nesse campo a pesquisa sobre a qual resultou

¹ Utilizo aqui um nome fictício no intuito de não expor de forma prejudicial a associação pesquisada. O nome “Macondo” vem de uma inspiração da obra literária “Cem Anos de Solidão”, de Gabriel Garcia Marquez, que me é muito cara. No livro, Macondo também é uma cidade fictícia.

meu texto de qualificação. No decorrer do segundo semestre de 2015, no entanto, fui sentindo que meus contatos no campo – duas lideranças locais – estavam tornando-se resistentes. Até então, eu só havia conseguido fazer entrevistas com a presidente da Associação e uma técnica do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) que havia ministrado cursos de culinária para as mulheres da localidade. A presidente havia me relatado que a entidade surgiu por iniciativa dela após observar, durante cursos do SENAR, que muitas mulheres agricultoras não possuíam uma renda e ficavam na dependência do marido. Nesse período, através do projeto de promoção social do SENAR, as mulheres do município de Barreira receberam cursos de culinária que ensinavam a fazer doces. A presidente informou que foi aí que teve a ideia de selecionar as que mais se destacavam no curso e convidá-las para formar uma associação de mulheres. A associação não possuía ainda um local fixo, e as reuniões estariam acontecendo na casa da própria líder. Ainda segundo ela, os doces estavam sendo produzidos e vendidos por cada mulher em separado, a não ser quando aconteciam feiras em Fortaleza, e algumas representantes levavam os doces de todas para serem vendidos.

Ao tentar entrar em contato com essas mulheres, através das lideranças mencionadas, fui percebendo que havia sempre um empecilho. As reuniões, que me haviam dito ser mensais, sempre ficavam para o mês seguinte ou nunca aconteciam. As visitas a Fortaleza, para feiras culinárias e eventos de agricultura familiar, eram feitas apenas pela técnica do SENAR, que ministrava cursos e vendia apenas seus próprios doces, mas não os das demais mulheres, que também não estavam presentes nessas oportunidades. Eu necessitava dessas lideranças como uma ponte de contato, mas, na verdade, a relação estava sendo um entrave. Em dezembro, através da técnica, tomei conhecimento que iria haver um curso do SENAR, intitulado “Com licença, vou à luta”, para as mulheres da região. Fui, pensando que finalmente conheceria as mulheres da ASMUM. No entanto, ao chegar lá, percebi que as mulheres presentes eram empreendedoras locais e poucas conheciam a Associação. As que conheciam diziam não saber se eram associadas e perguntavam entre si: “Ei, meu nome tá nessa associação aí que essa menina tá falando?”. Perguntei se elas vinham se reunindo, se faziam doces em casa para venda, e as respostas eram sempre negativas. Uma delas chegou a comentar que achava que o nome “ASMUM” existia apenas para a técnica trazer

cursos e lucrar com eles. Percebi, assim, que o plano da Associação ainda estava em estágio embrionário e muito mais nas ideias das lideranças do que acontecendo na prática.

Apesar de acreditar que a presidente iria conseguir concretizar suas intenções, eu não dispunha de tempo para esperar isso acontecer e, assim, acabaria por prejudicar a investigação que me propus a fazer: sobre a experiência do associativismo entre mulheres no campo. Foi então, no início de janeiro de 2016, que tomei conhecimento da existência da Pracaju e, após conhecer o projeto, conversei com meu orientador e decidi mudar de campo.

A Pracaju consiste em um grupo de mulheres, vinculado à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Baixa das Carnaúbas, que utiliza frutos da região para produção de alimentos para venda. O carro-chefe, como já dito, é o pseudofruto do caju, também conhecido como pedúnculo. Através do seu beneficiamento, as mulheres do projeto produzem cajuína, polpas, mel, doce, xarope, bolo, cocada e ainda sequilho, pastel de forno e lasanha de “carne” de caju. Na entressafra, no entanto, trabalham com diversos outros frutos, aos quais têm acesso nos quintais de casas da própria comunidade ou nas comunidades vizinhas, como cajá (*Spondias mombin*), goiaba (*Psidium guajava*), manga (*Mangifera indica*), acerola (*Malpighia glabra*), ubaia (*Eugenia pyriformis*)² etc. Segundo as moradoras e os moradores, esse último é típico da região e esteve no mercado de Caucaia pela primeira vez através delas. O projeto foi selecionado pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) por meio do programa “Ideia da Gente”³ e recebeu aporte financeiro para aquisição de maquinário e cursos de capacitação⁴.

²A uvaia é uma planta da família *Myrtaceae* e é também conhecida como ubaia, uvaieira, uaieira, uvalha. O seu fruto chama-se também “ubaia” e “uvaia”. É uma espécie com origem no Brasil, ocorrendo mais comumente nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo (Wikipedia, 2015). O fruto, no entanto, também pode ser encontrado em outros estados e sua presença em Caucaia se dá em função de fragmentos da floresta de tabuleiro que ainda se pode encontrar na região (Madeira, 2013).

³ O Programa Ideia da Gente foi lançado em 2013 com o objetivo de promover o desenvolvimento regional sustentável nas comunidades de São Gonçalo do Amarante e Caucaia. Os projetos apoiados pela CSP no Ideia da Gente I e atualmente em execução são: Maré Alta, Pracaju, Bom de Bola e Criança na Escola, Caminhando para o Futuro, Vida Maria, Trigo e Esperança, Polo de Confecção Solidária e Lagoa das Cobras Confecções (<http://www.cspecem.com/>).

⁴ É interessante ressaltar aqui os processos contraditórios que se observam no que tange ao envolvimento de empresas com a chamada responsabilidade socioambiental. A CSP é alvo de duras críticas de movimentos que se voltam para a defesa da justiça socioambiental, como o núcleo Trabalho Meio Ambiente e Saúde (TRAMAS), da UFC. A presença de um empreendimento como a

As mulheres dividem-se em turnos e tarefas que começam antes do raiar do sol, quando as “catadoras” colhem os frutos para deixar na minifábrica, onde, durante manhã e tarde, outros dois grupos dão continuidade aos trabalhos, com o beneficiamento. Há, no entanto, grande flexibilidade de tarefas e horários, uma vez que se reconhecem as necessidades de cada uma, pois, como explica Joselina, a coordenadora externa da Pracaju, “como nosso grupo é formado totalmente por mulheres, elas ainda têm que se dividir entre o trabalho na Pracaju e o cuidado com os filhos. São mães solteiras que precisam ralar para garantir o pão na mesa” (Joselina, 48 anos, jan/2016).

Observar como se dá a experiência da solidariedade, da qual já dá pistas a fala de Joselina sobre as condições das mulheres do grupo, em um ambiente de trabalho com vínculos associativistas, é, enfatiza-se aqui, o intento deste trabalho.

A abordagem central desta investigação segue uma inspiração antropológica, fazendo uso também de técnicas de pesquisa como produção de diário de campo e entrevistas gravadas. Deste modo, foi priorizada a adoção de estratégias, métodos e técnicas qualitativas, visando observar o processo de auto-organização dessas mulheres no âmbito da economia solidária e do associativismo.

Como demonstra Garskell (2002), o mundo social não é um dado natural, livre de problemas. Ele é, na verdade, construído ativamente pelos indivíduos em suas vivências cotidianas. Assim, o “emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social” (GARSKELL, 2002, p. 65), que, a partir daí constrói seus esquemas interpretativos no intuito de compreender as narrativas dos atores. Uso a entrevista qualitativa, assim, como fornecimento “dos dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais e a situação”, objetivando uma compreensão minuciosa das crenças, atitudes, valores e motivações dos comportamentos das pessoas naquele contexto social específico (Op. cit., p. 65).

Procuro, então, compreender, através do olhar antropológico, como um grupo de mulheres da zona rural cearense vive um processo de associação entre

CSP traz enormes impactos e o investimento em projetos não lhe exime de muitos danos que produzem. Essa percepção não se encontra presente somente entre os movimentos citados, mas também se verifica na fala de pessoas da comunidade Baixa das Carnaúbas. Tal tema será, no entanto, melhor desenvolvido no decorrer do terceiro capítulo dessa dissertação.

elas, e de que forma interpretam e vivenciam a experiência da solidariedade e da geração de renda.

Para Paulino (2012), o olhar antropológico sobre uma experiência circunscrita não se encerra na perspectiva micro-analítica. Ele lança também reflexões multidimensionais que instigam diversas observações em um campo multifacetado, tornando impreterível um recorte na construção do objeto de pesquisa. Assim, diante das dificuldades impostas por esse campo, opto por observar a experiência da Pracaju como um processo em curso, onde se torna possível acessar construções simbólicas e práticas sobre a solidariedade em um projeto que visa o fortalecimento de mulheres em um meio rural.

O primeiro passo foi um levantamento em fontes documentais e bibliográficas, que me possibilitou o recorte temático da pesquisa. A abordagem em campo foi registrada através de diários de campo e de entrevistas gravadas que não seguiram um roteiro fechado, mas que se pautavam pelas questões que norteiam essa investigação: Como era a vida delas antes da Pracaju? O que mudou depois que entraram? Como é a vida naquela comunidade? Questões essas elaboradas previamente – de forma a permitir o diálogo entre pesquisador/pesquisado –, o que, no entanto, não amarrava a pesquisa no sentido de delimitar um único trajeto, permitindo que outras questões fossem trazidas através de suas falas. A entrevista é compreendida aqui não apenas como uma alternância de falas, mas como um evento metacomunicativo (BRIGGS, 1986), sendo ela, assim, também uma relação social. Para Briggs (1986), as entrevistas são exemplos de metacomunicação, são enunciados que informam, descrevem, interpretam e avaliam atos e processos comunicativos.

Nas entrevistas é possível observar muito mais do que aquilo que foi declarado verbalmente. Há os interditos, há também entonações, gestos, empatias, silêncios etc. Propus-me, então, a um esforço de observação no intuito de fortalecer minha interação junto às mulheres da Pracaju, a fim de estabelecer uma simetria equilibrada de troca de conhecimentos. Para tal, as acompanhei quase que semanalmente em seu cotidiano, no período de janeiro a junho de 2016, dentro e fora do espaço da fábrica, e em cada etapa dos seus trabalhos: plantação, colheita, escolha e limpeza dos frutos, e seu beneficiamento, além de momentos

comemorativos, de confraternização e de visitas de estudantes e repórteres curiosos em conhecer a experiência.

As entrevistas, no entanto, foram gravadas apenas no mês de maio, quando, após um período de aproximação e observação pude perceber que minha presença já não destoava tanto no cotidiano delas. Foi através da troca de sorrisos e regalos – de minha parte e da delas – que pude intuir que de certa forma havia ali se desenvolvido uma relação de confiança. Levar alguns utensílios de cozinha, como uma colher de silicone, por exemplo, após ouvir que elas estavam precisando; repassar fotos delas por mim tiradas, bem como vídeos por mim gravados de reportagens sobre o projeto que havia sido transmitido pela TV, foram mais do que estratégia de pesquisa, uma forma de retribuir não só a disponibilidade daquelas mulheres para comigo, como também os frutos e alimentos, que não foram poucos, que lá recebi.

Nesse sentido, busquei debruçar-me nos relatos das mulheres da Pracaju, transcrevendo-os na íntegra. Observei seus modos peculiares de se expressar, respeitando suas falas e mantendo o devido cuidado na interpretação e no tratamento das informações obtidas. No decorrer dos diálogos, foram percebidas pistas que só a presença em campo, só o “estar lá”⁵, permite: os deslizos da memória, a emoção do olhar transbordando lágrima, as pausas, os tons de voz, o silêncio, profundos suspiros, as reflexões, os sorrisos, os muitos sorrisos.

Através dos relatos orais, dos momentos de encontro e partilha com as mulheres do projeto, foi possível penetrar no seu cotidiano, entendendo o trabalho nos pomares, a afinidade e o cuidado que elas mantêm umas com as outras e com o ambiente no qual estão inseridas.

A investigação inscreve-se também em um estudo de gênero, o qual consiste em pensar a criação inteiramente social das ideias e das condições das

⁵ Tomo emprestado aqui o termo utilizado por Geertz (2009) para falar do trabalho de campo do etnógrafo. No capítulo “Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita”, o autor expõe as objeções destinadas à concepção da etnografia enquanto “espécie de escrita”, e compreende que o trabalho de etnógrafo é “ir a lugares, voltar de lá com informações disponíveis à comunidade especializada” através de textos “simples e despretensiosos” que não sejam “um mero jogo de palavras, como se presume que sejam os poemas e os romances”. Nesse sentido, Geertz debate sobre como as relações presenciais entre antropólogo/a e nativos/as inevitavelmente influenciam tanto o trabalho de campo como também a escrita antropológica, configurando-se um critério decisivo para a validação do trabalho como um todo.

mulheres e dos homens (GUÉRIN, 2005). Assim, lanço mão também da sociologia compreensiva no intuito de buscar compreender a “realidade social como processo, como construção intersubjetiva” (PAULINO, 2011). De matriz weberiana, a sociologia compreensiva preocupa-se em compreender e interpretar o sentido da ação dos indivíduos em interação com a sociedade. O autor define a sociologia como a ciência que busca compreender interpretativamente a ação social. Weber (1999) põe a ação e, mais ainda, a ação social, ou seja, aquela que é orientada por um sentido social – que leva em consideração o outro, no centro da análise sociológica. Segundo o autor, a sociologia tem, então, por objeto o sentido da ação humana que deve ser buscado pelo método da compreensão. Assim, Weber concebe a pessoa humana como um sujeito dotado da capacidade do agir, não sendo ele um ser passivo diante das forças da natureza. O comportamento dos indivíduos e as explicações de seus efeitos e suas causas são, então, o escopo da observação weberiana. Os termos compreender, interpretar e explicar têm valor central em seus estudos, pois, para o autor, é fundamental que apreendamos a significação, organizemos o sentido subjetivo em conceitos e evidenciemos as regularidades das condutas (WEBER, 1999).

Para Zaluar (1985), a relação com os atores sociais no campo deve ser construída através de um envolvimento compreensivo. O que dizem os sujeitos sociais e *como* o dizem, tem particular significado nesta pesquisa, pois, como sugere Barthes (1976), tais significações atravessam as narrativas. Para Langdon (1999), as narrativas são uma forma de comunicação cujo significado emerge na interação, no seu contexto de produção; vai além do conteúdo. A preocupação central deixa de ser com a literalidade e passa a ser com a forma viva de produção de sentido. Por sua vez, Maluf sugere que se deve buscar “além do olhar, ver; além do ouvir, escutar; além dos fatos, sentido” (1999, p. 70). É necessário que se considere, não somente a experiência singular, por estar ligada a uma dimensão coletiva, mas também, o significado que os próprios sujeitos doam às suas experiências.

Para Gaskell (2002), a seleção dos informantes deve se dar levando em consideração como este meio social pode ser segmentado em relação ao tema. O objetivo é aumentar ao máximo a oportunidade de compreender as diferentes posições tomadas pelos membros dos meios sociais. No entanto, diferentemente do que acontece nas pesquisas quantitativas, o número de entrevistados não pode ser

muito grande. Nessa decisão, ressalta Garskell (2002), “o pesquisador deve usar sua imaginação social científica para montar a seleção dos respondentes” (Op. cit., p 67). Assim, considereei como estratégia de escolha de informantes, a gravação de entrevistas com as nove mulheres que participam cotidianamente da Pracaju e conversas não gravadas com outros moradores da comunidade.

Nessa direção, a relevância acadêmica e social desta pesquisa se dá, também, ao investigar a associação pela perspectiva das mulheres participantes, as quais são as melhores pessoas para refletirem sobre o processo que elas mesmas vivem.

Foi também utilizado o recurso fotográfico como forma de registrar os “encontros etnográficos” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) realizados com os sujeitos da pesquisa, o que pode ilustrar o cotidiano vivenciado por eles.

A análise dos dados colhidos em campo seguiu duas etapas, a primeira foi a transcrição das entrevistas gravadas e do material etnográfico. A partir de então, foram criadas categorias retiradas dos objetivos da pesquisa e reavaliadas de acordo com as narrativas colhidas em campo. Porém, vale ressaltar, a análise ocorreu durante todo o período de coleta de dados, e, assim, serviu como instrumento de avaliação constante da pesquisa.

Assim, apesar de seguir um fio condutor teórico, tais referências não funcionaram como armaduras conceituais, pois foi a partir do trabalho de campo que as categorias de análise foram construídas, tendo sempre em vista o conhecimento das interlocutoras a respeito do processo de construção da sua auto-organização.

Como dito, a pesquisa parte do pressuposto de que a pobreza se feminiza e a desigualdade e divisão sexual do trabalho persistem. Também no meio rural as mulheres ainda são as mais pobres, com menos autonomia e poder sobre si, sobre a renda e sobre a terra. Elas muitas vezes não são vistas como produtoras, tendo como espaço próprio apenas o quintal e a casa.

A pesquisa de Silva (1998) sobre trabalho agrícola demonstra que, apesar de as mulheres participarem de todas as fases da produção, desde o preparo da terra, plantação, até a colheita, esse trabalho é caracterizado apenas como “ajuda” tanto pelos maridos como por elas mesmas. Para Abramovay & Silva (2000, p. 348),

na América Latina está socialmente instituído que tanto as atividades agrícolas como pecuárias são dimensões essencialmente masculinas, cabendo, assim, aos homens a realização da maior parte do trabalho no campo, enquanto as mulheres limitam-se às atividades domésticas ou de “ajuda”. Para Cherfem (2009), historicamente tinha-se a concepção de que as mulheres não faziam parte do chamado mercado de trabalho, porém, este trabalho denominado “ajuda” sempre foi fundamental para a unidade familiar, bem como para a economia e para a dinâmica do trabalho de maneira mais geral.

Esta percepção é reforçada pelas estatísticas oficiais, que subestimam e desconhecem a presença do trabalho feminino na População Economicamente Ativa (PEA) agrícola, na medida em que grande parte dessas mulheres trabalha como “ajudando” a unidade familiar sem uma remuneração específica. Os trabalhos considerados “ajuda” são os tipicamente femininos, que, por não serem trocados no mercado, não têm um valor por si mesmo, mas que contribuem para a reprodução geral do trabalho (ABRAMOVAY & SILVA 2000, p. 349).

Assim, a não identificação dessas mulheres como produtoras rurais implica também um entrave ao acesso à políticas de crédito e assistência técnicas próprias para agricultores. A sociedade patriarcal se mostra também através das políticas públicas que são elaboradas de acordo com a tradicional divisão sexual do trabalho. A estrutura de dominação a que estão submetidos os agricultores do meio rural cearense, e, como vimos até aqui, principalmente as mulheres, traz à tona uma série de limitações para as famílias deste ambiente.

Para melhor compreensão desta investigação esclareço brevemente o conceito de economia solidária, buscando demonstrar como uma associação poder ser permeada por esse contexto.

Antes de tudo, é mister salientar que não existe qualquer tipo de unanimidade no que se refere ao conceito de economia solidária. Como aponta Singer (2000), para alguns autores, o conceito remete às experiências britânicas do início do século XIX, inspiradas por Richard Owen, nas quais sobressai a ideia da transformação social das relações de produção capitalistas e sua substituição pelos princípios socialistas de igualdade e solidariedade, baseados na ideia de autogestão e de controle operário sobre a produção (LEITE, 2009).

Para outros (LAVILLE, 2006; FRANÇA FILHO, 2006) trata-se de um fenômeno novo, que remete à crise da relação salarial aberta no último quartel do século passado e que, embora retome experiências do século XIX como as cooperativas e os empreendimentos autogestionários, adquire novos significados no atual contexto econômico e social (LEITE, 2009).

Pode-se dizer, assim, que a economia solidária, como diversas manifestações sociais que buscam opor-se ao sistema capitalista, é fruto de um processo histórico marcado por conflitos e exclusão social, elementos esses que funcionaram como incentivadores do seu surgimento enquanto alternativa para a construção de uma sociedade mais igualitária. O fenômeno da economia solidária, então, ergue-se como expressão de opções no que tange à inserção na esfera produtiva, configurando-se como um mundo de possibilidades e práticas associativas caracterizadas como empreendimentos populares onde se abrange cooperativas, atividades informais, práticas de autogestão, sistema de microcrédito, moedas locais, entre outras (KRAYCHET *et al.*, 2000 apud PAULINO, 2012).

Temos, portanto, que o desemprego, a precarização, a tão intensa desigualdade social e de sexo, e a exploração nas relações de trabalho, fomentam movimentos sociais que buscam a democratização de direitos e condições de existência como os sindicatos, as cooperativas, as associações solidárias. Como alerta Paulino (2012), não se trata, no entanto, de um fenômeno que se centra exclusivamente no âmbito econômico ou no mercado, mas também como práticas portadoras de valores culturais que atuam sob o signo da solidariedade, do pertencimento comunitário e da reciprocidade, fazendo com que tal fenômeno ultrapasse a categoria econômica e comporte também uma esfera política.

Para Singer (2009), a economia solidária é um modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Segundo ele, se tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade deveriam cooperar entre si em vez de competir. Assim, a economia solidária busca a valorização do ser humano, “da reprodução ampliada da vida” e não do lucro, configurando-se, então, como uma possível alternativa ao sistema

capitalista e como força de mitigação de suas inerentes crises. Ainda de acordo com a visão do autor, as experiências de associações e cooperativas emergem nos contextos de crise como resposta ao problema estrutural do desemprego. A economia solidária é, portanto, como dito, um outro modo de produção onde os princípios balizadores são a propriedade coletiva ou associação do capital e o direito à liberdade individual. Tais princípios básicos, quando postos em prática, unificam todos em uma única classe de trabalhadores promovendo solidariedade, igualdade e participação democrática.

Segundo Gaiger (2007), os empreendimentos solidários de geração de renda e trabalho merecem especial atenção por terem como objetivo o fortalecimento da capacidade de ação dos empobrecidos afastando-os da lógica dominante quando eliminam a divisão entre trabalhadores e meios de produção, e entre produção e apropriação dos frutos do trabalho. O autor destaca os empreendimentos solidários não apenas como fonte de geração de renda e trabalho, mas principalmente sua importância no empoderamento de sujeitos ou coletividades com capacidade de ação, ou seja, uma participação efetiva e democrática. A união em torno de objetivos comuns, juntamente com o espírito da solidariedade, coragem e vontade de mudar a própria vida, são instrumentos de transformação social e tornam a luta pela dignidade e emancipação social mais eficaz e abrangente (GAIGER apud OLIVEIRA, 2008).

As mulheres são, na maioria das vezes, as primeiras vítimas do desemprego, subemprego e da desigualdade. A divisão sexual do trabalho historicamente se apresenta com prejuízos para elas, conferindo uma hierarquização que gera desigualdades e até mesmo competições entre os sexos, na medida em que, por aceitarem receber menos salários acabam feminilizando alguns cargos e, conseqüentemente, baixando os salários das ocupações nas quais as mulheres começam a se inserir (HIRATA, 2002). Os empreendimentos solidários parecem surgir, então, como uma oportunidade efetiva no rompimento dessa realidade.

Assim, uma vez que o desemprego, a precarização e a desigualdade social e de sexo atuam como molas propulsoras para o desenvolvimento desse tipo de atividade e tendo em vista que as mulheres sofrem de forma ainda mais intensa tais problemas estruturais, busco refletir sobre de que forma as mulheres da Pracaçu

unem-se no sentido de superar processos de desigualdade, em relações de solidariedade, criação de sentido e diálogo, sobrepujando as dificuldades diante de situações desiguais de gênero.

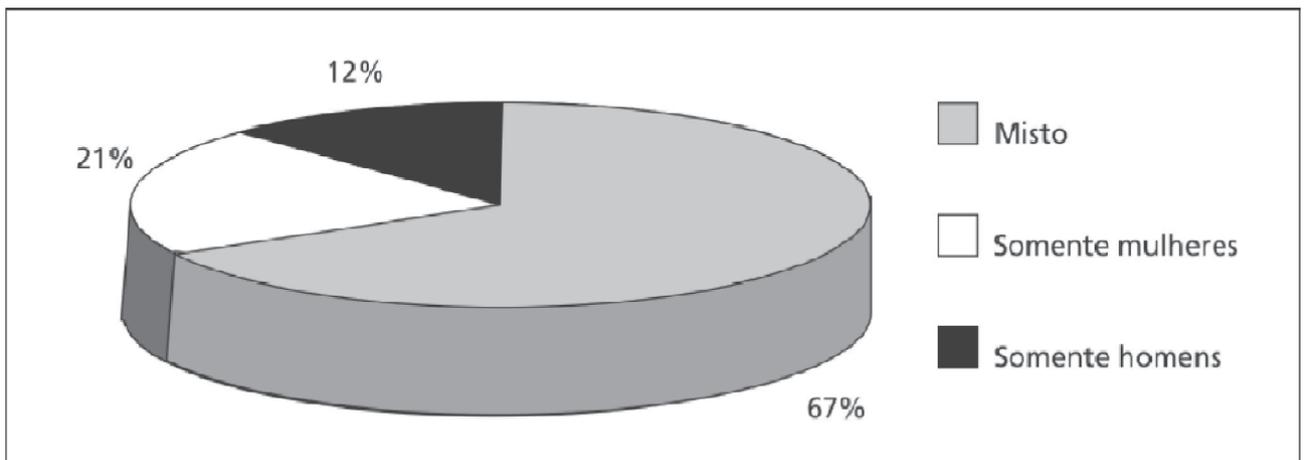
Segundo Guérin (2005), as mulheres são as primeiras a se mobilizar e a se auto organizar diante de situações de necessidades e desemprego. Tal fenômeno é influenciado em função da comum prática de atividades coletivas de muitas mulheres ao longo de sua socialização, encontrando identificação na forma de organização dos empreendimentos solidários. Observamos, assim, que muitas mulheres estão envolvidas em relações de reciprocidade – como clube de mães, nas escolas ou nas comunidades, por exemplo – que proporcionam coesão à família e à sociedade, sendo essas relações expressas nas práticas de se reunir em grupos. Assim, Guérin demonstra que tais papéis e expectativas sociais promovem uma maior possibilidade delas se engajarem em movimentos solidários, uma vez que o coletivo já se encontra como uma prática na vida das mulheres.

Guérin (2005) também alerta, ao falar das atividades domésticas, para as atividades de “cuidado com o outro”. Tal cuidado é visto, de maneira geral, como função especificamente feminina, reproduzindo uma forma de “desigualdades intrafamiliares”. As obrigações familiares foram e são ligadas a uma responsabilidade exclusivamente feminina, responsabilidade essa, erigida como um verdadeiro dever, que tolhe a liberdade individual da mulher em nome da eficiência coletiva, “sendo sua contribuição ao capital humano considerada prioritária em relação a toda perspectiva de projeto pessoal” (Op. cit., p. 21).

Ainda segunda essa autora, a análise da especificidade da pobreza feminina demonstra que este fato também ela leva à necessidade de buscar outras formas de solidariedade. Assim, as mulheres são frequentemente os primeiros sujeitos das práticas da economia solidária, uma vez que essas experimentações oferecem uma oportunidade inédita no avanço das lutas contra as desigualdades entre os sexos. A economia solidária seria, portanto, uma resposta possível do ponto de vista operacional à situação de vulnerabilidade social em que tais mulheres encontram-se. Como demonstra a autora, “No meio rural, as cooperativas de produção, de compra, de comercialização ou ainda de crédito, favorecem amplamente o desenvolvimento dos trabalhadores rurais” (GUÉRIN, 2005, p 15).

Ainda segundo ela, em função da necessidade de conciliar vida familiar e vida profissional, de responsabilidades materiais crescentes, dos obstáculos de acesso à propriedade e ao crédito, as mulheres frequentemente são as primeiras a se mobilizar e se auto organizar, assim, elas são conduzidas às experiências associativas, sobretudo, devido às necessidades que seus papéis sociais impõem.

No Brasil, observa-se uma participação bastante significativa das mulheres nos empreendimentos solidários. Como podemos perceber na figura abaixo – primeiro mapeamento nacional da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) – as associações mistas são bem mais significativas, no entanto, observamos também que quando existe uma separação por gênero, a quantidade de empreendimentos solidários de mulheres é maior.



Na Pracaju não foi diferente da realidade apresentada até aqui. O projeto surge a partir do reconhecimento da necessidade de que as mulheres da comunidade precisavam de uma renda própria. Segundo Joselina, a ideia da Pracaju surge para ajudar mulheres de baixa renda, consideradas em situação de vulnerabilidade social. São “na maioria das vezes mulheres em situação de vulnerabilidade, jovens e senhoras já”, diz ela. A partir da tentativa de superação da vulnerabilidade através da aquisição de renda nesse trabalho, outros benefícios tonam-se possíveis e conhecê-los foi um dos objetivos desta investigação.

A associação de mulheres onde desenvolvo minha pesquisa localiza-se, como já dito, no meio rural cearense, onde o nível de vulnerabilidade é crítico. No

meio rural, as mulheres frequentemente encaram restrições sociais específicas, recebem menos educação e são excluídas de muitos processos de tomadas de decisões políticas e domésticas que afetam suas vidas. Além disso, elas tendem a possuir menos bens do que os homens e dependem mais de recursos naturais para sua subsistência (HABTEZION, 2013). Não é a toa que as mulheres associadas da Pracaju utilizam, basicamente, como matéria prima para a produção dos alimentos que vendem, as frutas que colhem no quintais e pomares de de sua região.

Ao reconhecimento da vulnerabilidade das populações do meio rural some-se, nessa comunidade, os impactos das transformações advindas com a implantação do CIPP naquela região, como o aumento populacional desordenado e as consequências que ele pode acarretar no que diz respeito ao crescimento da violência e de práticas como o uso de drogas e prostituição de jovens. A construção das empresas do complexo afeta, ainda, os costumes de uma comunidade de agricultores que passa a conviver com a oferta de trabalho para mão de obra qualificada para atividades industriais.

Tão importante quanto, as medidas tomadas no sentido de superar, ou, pelo menos, amenizar, a vulnerabilidade de gênero podem fortalecer, por conseguinte, o desenvolvimento da comunidade como um todo. Nesse sentido, é possível simultaneamente construir o fortalecimento comunitário e a igualdade de gênero, sendo para isso fundamental a parceria com as organizações de mulheres e grupos comunitários no desenvolvimento e expansão dos esforços para o desenvolvimento local. Assim, importou também compreender de que maneira a experiência Pracaju desponta como alternativa de fortalecimento também da comunidade Baixa das Carnaúbas.

Para Ferreira *et al* (2009), a literatura internacional oferece fartos registros sobre o desenvolvimento rural que destacam a importância do trabalho das mulheres agricultoras para a produção doméstica de alimentos, sendo elas responsáveis por 70 a 80% da produção na África Subsaariana, 65% na Ásia e 45% na América Latina e Caribe. Ao mesmo tempo, essas mesmas mulheres formam a maior parcela do total de 1,3 bilhão de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza vivendo o drama da fome e da desnutrição. Elas estão presentes em todos

os espaços produtivos, apesar de, como já foi dito, terem suas atividades classificadas apenas como “ajuda”.

Além das atividades produtivas elas também são responsáveis quase que exclusivamente pelas atividades reprodutivas, fazendo com que sua carga de trabalho seja sempre superior à dos homens. O semiárido brasileiro apresenta a mesma situação: a manutenção da casa; os cuidados com crianças, doentes e idosos; a manutenção e o manejo da biodiversidade nas hortas, quintais e roçados; a busca de água e lenha são atividades tradicionalmente atribuídas ao universo feminino (FERREIRA *et al*, 2009).

Ainda segundo Ferreira *et al* (2009), que desenvolveu uma pesquisa com as mulheres de Croatá- PE, tais mulheres relataram que os efeitos das mudanças climáticas foram significativamente atenuados a partir do momento em que mudaram a forma de fazer agricultura e começaram a participar de vários espaços, tais como reuniões e encontros dentro e fora das comunidades, da venda de seus produtos em feiras etc. O conjunto de atividades, que incluiu também o fortalecimento da associação de produtores; a promoção de intercâmbios de experiências com outras famílias e comunidades; a comercialização de alimentos por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e a participação de encontros e seminários com temas diversificados, proporcionou uma mudança de vida em toda a comunidade.

As associações de mulheres no meio rural e o que se consegue através destas podem, assim, ser consideradas como estratégias de empoderamento e combate à vulnerabilidade social à qual estão sujeitas. Portanto, compreender a experiência da Pracaju, visando observar como as mulheres que a formam vivenciam essa oportunidade, analisando suas práticas e seus significados no âmbito da solidariedade entre as mulheres, surge como uma via para contribuir com os estudos de gênero e associativismo.

Para o desenvolvimento da temática investigada, no intuito de responder às questões expostas até aqui, o trabalho será estruturado em três capítulos. O primeiro corresponde à apresentação dos sujeitos da pesquisa, dos ambientes de trabalho e de seus cotidianos, buscando a partir dessas informações compreender como as mulheres da Pracaju inserem-se em um contexto mundial de desigualdade advindas das relações de gênero e de como o associativismo e solidariedade entre

elas desponta como possibilidade de fortalecimento feminino. Através da análise de dados do campo busco demonstrar como a experiência da Pracaju tem feito diferença na vida de suas associadas e responder a pergunta: Foi possível perceber se a solidariedade entre elas vai além da execução dos trabalhos, existindo também uma convivência democrática que gera autonomia, auto estima e reconhecimento?

No segundo capítulo apresento o eixo desta pesquisa: a experiência da economia solidária entre um grupo de mulheres no meio rural cearense. Partindo de suas falas explano sobre como aquela experiência, ao mobilizar signos como o da solidariedade, demonstra a vivência de um processo onde o trabalho pode ser permeado por valores que ultrapassam o interesse meramente econômico. Nessa seção, então, descorro brevemente o desenvolvimento da economia solidária e priorizo expor como tal movimento é vivenciado pelas mulheres da Pracaju, demonstrando que, se a motivação para a entrada no projeto foi a necessidade financeira, o que lhes mantêm lá extrapolam os limites do econômico.

Já no terceiro e último capítulo exponho a relação desse empreendimento com a comunidade e comunidades vizinhas, explanando sobre como a experiência da economia solidária transforma não somente aquelas pessoas que a compõem, mas também fortalecem o movimento de desenvolvimento local. Parto, então, do reconhecimento de que a comunidade vive impactos advindos da implantação do CIPP e apresento como a economia solidária desponta enquanto alternativa de desenvolvimento balizado por valores de como solidariedade, sustentabilidade, e autonomia de escolha de formas de produzir riqueza em cooperação.

2. QUEM SÃO ELAS? AS MULHERES DA PRACAJU E SEU TRABALHO.

2.1 Apresentando a Pracaju

A Pracaju é um projeto idealizado pela agente de saúde e presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário Baixa das Carnaúbas, Joselina Silva, que se inspirou no antigo trabalho de sua mãe, também liderança comunitária, que trabalhava com o processamento da cajuína. O projeto, vinculado à Associação e financiado pelo programa “Ideia da Gente”, da CSP, foi aberto inicialmente com vinte e cinco vagas voltadas para mulheres e jovens em situação de vulnerabilidade. O número atual de participantes, no entanto, é bem menor, e o principal motivo deve-se ao fato de que muitas mulheres não tinham com quem deixar os filhos para irem trabalhar, o que fez com que, paulatinamente, fossem deixando o projeto. Outro motivo que chama atenção é a falta de interesse por parte de jovens do sexo masculino, para quem o programa inicialmente também era aberto.

Embora as principais lideranças tenham informado, em algumas oportunidades, que a Pracaju é composta por quinze mulheres, durante os seis meses de idas a campo pude observar que, na prática, a rotina do projeto conta com um número menor. As nove mulheres que formam a Pracaju possuem idades variadas, indo de vinte a sessenta anos, e dividem-se em três turnos, iniciados ainda de madrugada com o grupo das “catadoras”. Elas são responsáveis por colher os frutos e deixá-los na “fábrica” até às sete da manhã, horário em que entra em atividade o segundo grupo, dando continuidade ao trabalho no processamento desses frutos. O beneficiamento é concluído no terceiro turno, que entra a uma hora da tarde e finaliza o dia por volta de cinco horas.

O projeto visa primordialmente o processamento de derivados do caju, porém na entressafra utilizam-se os demais frutos da região. As principais vendas são feitas para o PAA⁶, para quem a Pracaju produz semanalmente. O programa governamental, então, distribui os alimentos para órgãos públicos do município de Caucaia. Os pagamentos feitos pelo PAA, divididos por elas de acordo com as horas trabalhadas – forma de pagamento eleita por elas em reunião – têm, no entanto,

⁶ O PAA compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação. Esses alimentos são distribuídos gratuitamente a pessoas ou famílias que precisam de suplementação alimentar (porque estão em situação de insegurança alimentar e nutricional) e também a entidades de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros. Os alimentos adquiridos pelo PAA também podem compor estoques públicos estratégicos de alimentos.

atrasado, fazendo-as, às vezes, ficar até três meses sem remuneração. Os produtos também são comercializados em visitas a residências de Baixa das Carnaúbas e comunidades vizinhas, bem como em pequenos comércios locais, mas essas vendas representam um expediente mais fortuito e pontual, com representatividade bem menor, se pensarmos apenas no sentido financeiro.

Chamado de “fábrica” ou “mini-fábrica” pelas integrantes do grupo, o espaço físico da Pracaju é uma construção estreita que se alonga por três cômodos, que abrigam o maquinário utilizado na produção dos alimentos. O local fica situado em uma rua de terra batida, onde ficam casas, pequenos comércios e uma escola pública de educação básica. A paisagem de fundo é formada predominantemente por mato e árvores nativas, vegetação que se estende até onde o olhar pode alcançar. E é, muitas vezes, em incursões por esse cenário rural que as mulheres buscam os frutos com os quais trabalham. Tendo como entrada um portão vazado de madeira, a fábrica é uma construção de alvenaria simples, com uma pequena parte não rebocada por fora. Por dentro, as paredes de azulejo e o chão de cimento polido demonstram limpeza. Embora o compartimento de entrada seja parcialmente aberto na parede da frente, os demais, que concentram a produção dos alimentos, têm suas janelas sempre fechadas, para evitar sujeira e contaminação externa. No primeiro cômodo, ficam um freezer e duas pias com torneiras grandes, para armazenamento e lavagem das frutas, respectivamente. O segundo cômodo abriga a maior parte das máquinas usadas no processo produtivo, como a despolpadeira, a balança e a empacotadora manual para polpas, além de armários para guardar utensílios diversos, como panelas e bacias, e estocar parte da produção. No terceiro encontra-se, além de outro freezer, um fogão e mais uma pia, a mesa ao redor da qual a rotina de produção muitas vezes se confunde com momentos de descontração, risos, conversas, afetos e trocas de experiência.

Sempre com toucas de cozinha, as mulheres da Pracaju costumam usar a farda do projeto quando vão receber ocasionais visitantes. Assim aconteceu nas minhas primeiras idas à fábrica, quando, através de uma das lideranças, o grupo tomava conhecimento da minha visita. Se, com o tempo, o uso da farda tornou-se obsoleto diante da minha presença, percebia-se que a formalidade era mantida no contato com outros visitantes que pude observar, fossem um grupo de estudantes universitários levados para uma aula de campo ou repórteres cujas matérias sobre a

história e o dia a dia do projeto passaram a ser publicadas com frequência na mídia impressa e televisiva, em veículos como Diário do Nordeste, NordesTV e TV Verdes Mares.



2.2 As mulheres da Pracaçu e a vulnerabilidade de gênero

Pensar a experiência das mulheres da Pracaçu significou a inserção em um terreno fértil onde a solidariedade parece crescer e dar frutos. É, ao mesmo tempo reconhecer a situação de vulnerabilidade relacionada à questão de gênero, uma vez que, muitas vezes, não lhes faltam só renda, mas também espaço, voz, autoestima. Elas inscrevem-se, assim, em um contexto mundial de exclusão feminina que agrava-se no ambiente rural em que vivem. Faço uso aqui das falas dessas mulheres como guia de análise, ou seja, é a partir do que suas falas e

experiências apontam que busco aportes teóricos para a compreensão dessa realidade. Assim, apesar de o campo indicar diversas possibilidades análises que podem ser feitas opta-se aqui por um recorte que privilegia a investigação da experiência associativa e dos símbolos que permeiam esse processo.

Localizado, como já dito, na Baixa das Carnaúbas, comunidade do distrito de Matões que, segundo a agente de saúde local, conta com cerca de 100 famílias, o grupo é formado por mulheres de idades variadas, personalidades diversas, histórias que divergem entre si, mas que possuem pontos em comum. Ser mulher no meio rural cearense, conhecer sobre a flora local e a sazonalidade dos frutos, e ter disposição para aprender e compartilhar vivendo a experiência do associativismo através da Pracaju são alguns deles.

Na sociedade em que vivemos é clara a desigualdade entre homens e mulheres. Apesar de já podermos observar alguns avanços, conquistados principalmente através de movimentos feministas, ainda nos deparamos com uma sociedade em que limitações e oportunidades são oferecidas de formas diferentes para homens e mulheres. Na zona rural do Nordeste brasileiro, onde vive-se um patriarcalismo ainda muito forte, essa realidade traz prejuízos ainda maiores.

A comunidade Baixa das Carnaúbas faz parte da região coberta pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), do qual a CSP faz parte. A siderúrgica que, segundo Teles (2015), emprega a maior parte da mão de obra local, tem em sua grande maioria trabalhadores do sexo masculino. Apesar de não termos números sobre a absorção de mão de obra por gênero na comunidade Baixa das Carnaúbas em específico, os números que Teles (2015) traz em sua pesquisa sobre o CIPP, demonstrando que na CSP 74% da mão de obra é masculina, podem ser indicadores da condição de vulnerabilidade das mulheres que ali vivem. Além desses números, as falas das mulheres da Pracaju confirmam essa realidade. Tal é, que, assim como afirma Lily Bernardo, eleita coordenadora interna do grupo, ao apresentar o projeto para alunos da UECE (Universidade Estadual do Ceará), explica que o “público alvo” do projeto são mulheres em vulnerabilidade.

O projeto era pra 25 famílias, 25 pessoas, mulheres e jovens em situação de vulnerabilidade social, né? Com a faixa etária, não importava, com oitenta anos, se quisesse trabalhar, tivesse disposição e quisesse fazer algo pra sair daquela vida sedentária, o projeto tava aí. (Lily, 35 anos, fevereiro/2016).

A fim de pensar as relações das mulheres em nossa sociedade, sem o intuito de binarizar os homens e as mulheres, mas com a compreensão de uma realidade social histórica de opressão das mulheres, destaca-se que na sociedade em que vivemos somos ensinadas/os a sermos mulheres ou homens de diversas maneiras e por diferentes pessoas, instituições e meios, a partir de alguns mecanismos utilizados para produzir e reproduzir as desigualdades de gênero e manter a heteronormatividade masculina (CHERFEM, 2009).

É importante salientar que, ao reduzir as diferenças entre mulheres e homens, corre-se o risco de decair no simplismo, uma vez que a diversidade está também entre os próprios homens e entre mulheres e mulheres, além da diversidade entre etnias, culturas, religiões, políticas etc. Em um primeiro plano, “as diferenças entre homens e mulheres são óbvias, já que ocorrem concretamente em nível do corpo”, no funcionamento glandular e nas funções reprodutivas. A questão que se apresenta é que a sociedade, a fim de manter o referente masculino, busca “reinterpretá-las de modo simbólico e artificial”, transformando-as em desigualdades sociais que atingem diferencialmente mulheres do mundo inteiro (WHITAKER, 1988, p. 10 apud CHERFEM, 2009).

Para Puigvert (2001), o fato de não possuírem uma história valorizada contribui para a auto percepção negativa de si mesma que muitas mulheres carregam, o que provoca nelas o sentimento de impossibilidade de mudança social em suas vidas, sendo elas “mulheres que têm interiorizado o discurso exclutor dominante” (PUIGVERT, 2001 p. 64 apud CHERFEM, 2009).

Segundo Mello (2003), em torno da discussão de auto exclusão, o sentimento de inferioridade, de inadequação e até mesmo de incompetência vincula-se à exclusão cultural como medida de desqualificar a cultura não dominante. Tal auto exclusão funciona como elemento gerador de baixa auto estima que advém de todas as formas de segregação que a sociedade nos coloca, desde as segregações por gênero, raça, escolaridade etc. Temos na auto exclusão um fator da não participação de mulheres em espaços públicos, por sofrerem preconceitos e por não serem incluídas na produção do conhecimento valorizado, principalmente quando não escolarizadas (CHERFEM, 2009).

Mello (2003) discute que muitas vezes compreendemos a autoexclusão de mulheres, ou outros grupos que o façam, como um problema de ordem pessoal, “como se não tivessem interesse ou vontade de estar nos lugares, ou de aprender”, e não prestamos atenção para a ideia de que tais pessoas estão se protegendo de um processo de exclusão ideologicamente imposto. A autora adverte ainda que, “dentre os grupos excluídos, vale ressaltar que as mulheres compõem, em qualquer outra divisão que se possa usar (classe social, etnia ou idade), o grupo mais afetado pela exclusão social, pela exclusão cultural e pela autoexclusão” (Op. cit., p. 2). Por outro lado, ela também destaca a capacidade que as mulheres possuem para, em grupo, alcançarem a superação de tais processos de autoexclusão, em relações de solidariedade, criação de sentido e diálogo. Quando as mulheres começam a se transformar, a mostrar a sua movimentação, exigem que os homens e toda a sociedade se movimentem também, construindo, diariamente, relações de gênero mais igualitárias (CHERFEM, 2009).

O processo evidenciado acima também pode ser observado na realidade das mulheres da Pracaju. Muitas delas têm ali, além da possibilidade de geração de renda, uma oportunidade de expansão do seu espaço de convivência para fora de casa, do ambiente estritamente familiar.

Regina, por exemplo, tem 53 anos, um ar melancólico, e a fala mais baixa, pra dentro, chegando a dificultar às vezes a compreensão do que diz. Ela se divide entre cuidar dos netos, cuidar da casa, as atividades da Pracaju e venda de produtos de revistas de cosméticos. Antes de entrar no projeto sua renda vinha apenas das revistas e de vendas que fazia quando acompanhava o marido em suas atividades e seu universo era mais restrito apenas a família. A participação de Regina no projeto chegou a ser motivo de conflito dentro de casa. Quando pergunto se ela gosta de trabalhar, ela responde “gosto, meu marido é que não gosta”. As parceiras de trabalho chegam a emocionar-se falando sobre essa superação.

Você vê um depoimento de uma mulher que enfrentou o marido, no caso da Dona Regina, que diz que no começo enfrentou o marido, sabe, que foi difícil, mas com os três curso que ela tava fazendo e com toda dificuldade, hoje, ela mesma diz, hoje ela venceu e ela é uma guerreira, ela fala isso com as palavras dela, com o punho dela, isso é muito forte, sabe, é forte mesmo. Isso faz com que a gente veja, nossa, a transformação que o projeto fez na vida de cada uma dessas mulheres (Lily, 35 anos, Maio/2016)

No convívio com essas mulheres é possível observar a alegria de uma pela a superação da outra, como também a preocupação mútua com problemas que vão surgindo em suas vidas. Regina teve seu filho mais novo assassinado no ano de 2015, momento em que a Pracaju foi de extrema importância para sua recuperação e fortalecimento. No dia seguinte ao enterro, não era em casa que ela queria estar, mas com suas amigas, no espaço da fábrica, onde todas se dispuseram a ficar ao seu lado.

Você entendeu porque que se tornou uma família e todas sofrem juntas e quando tão alegres são alegres, quando estão tristes tão tristes? Mas não desistem de trabalhar, por que elas sabendo que trabalhando hoje elas ganham amanhã (Joselina, 48 anos, Maio/2016).

2.3 As mulheres da Pracaju e seu trabalho: desponta a experiência da solidariedade.

Joselina é idealizadora do projeto e como liderança possui uma visão de conjunto daquele grupo. Para Agier, a visão desses “informantes privilegiados”, ou seja, “chefes de linhagens, sacerdotes [...] responsáveis por associações ou sindicatos” (2015, p. 74), são compatíveis com a pesquisa do etnólogo⁷, pois possuem uma visão de conjunto da localidade. Durante a pesquisa foram muitas as falas de Joselina como porta-voz do projeto, falas essas que se mostrarão presentes no decorrer de todo o texto. Como é comum de lideranças, Joselina tem personalidade forte e goza de prestígio e influência naquela comunidade. Além de agente de saúde, é presidente da Associação de Baixa das Carnaúbas e participante ativa em fóruns de defesa da região. Na Pracaju, no entanto, tem seu turno e sua tarefa assim como as outras. Ela é “catadora” e junto com Irmã Claudete sai às cinco horas da manhã para colher frutos e deixar às sete na fábrica, para o grupo que entra na sequência.

É onde eu me realizo, é tá junto com elas e realmente botando a mão na massa, nós temos as catadoras, né? Eu guio o carro, mas também eu não deixo de ser, eu sou uma colhedora de frutos, certo? Eu não vou ficar olhando. Então se tem que pegar o balde, eu entro pra o pomar e vamos catar o fruto né? Eu, irmã Claudete, a Dona Vera e às vezes a Regina e a Tia Rocicleia. Existe um grupo, têm dias que tem o fruto em duas, três,

⁷ Para Agier (2015), tais informantes privilegiados são detentores de um saber ou de um poder em que a competência ou a posição são compatíveis com a do etnólogo, que busca ter tal visão de conjunto da localidade.

localidades, deixo duas no local, ficam colhendo, deixo duas em outro e depois vou só pegando e trazendo pra Pracaju (Joselina, 48 anos, Maio/2016).

Os mutirões são normalmente organizados por ela, que sensibiliza a comunidade. Assim foi feito na plantação de mudas de caju no pomar. Acompanhei um deles quando, além das mulheres da Pracaju, demais pessoas da comunidade, encontraram-se cedo da manhã na Quadra do Carlinhos, ponto de referência na comunidade por ser no entorno da parada de ônibus do local. Eu estava entre elas. Subimos na van do marido de Joselina e seguimos por cerca de dois quilômetros até um terreno do Instituto Menino da Aldeia (IMA), que foi cedido em comodato ao projeto, por quinze anos, para que fosse feito um pomar.

No caminho, com a van lotada por onze mulheres e quatro homens, Joselina começa sua fala com um sonoro “BOM DIA, PRACAJU!”, e passa a dar instruções do que deveria ser feito. Um mutirão anterior para marcação dos pontos onde as mudas deveriam ser plantadas já havia ocorrido, no entanto, as marcações dos pontos estavam erradas. Nesse dia iriam, então, refazer as marcações e já começar a plantar. Enquanto isso, os que não se envolvessem nessas duas tarefas – marcação e plantação – poderiam ir colhendo frutos como ubaia e murici, que estão sendo usados para fazer polpas na entressafra do caju. Ao chegarmos ao local, descemos da van, seguimos para o pomar onde cada um vai assumindo as tarefas que preferem e sem muita demora todo os trabalhos estavam sendo feitos. Enquanto utilizando uma corda Joselina e um rapaz marcavam os pontos, outro ficava mais ao horizonte com uma vara, certificando se os pontos eram marcados em linha reta. Às marcações seguiam outras pessoas cavando, na sequência, outras jogavam a bagana para que mais alguém pusesse as mudas e cobrisse com terra, e, então, uma última pessoa vinha com um balde d’água para aguar. Ao mesmo tempo, algumas outras entraram nas matas para colher os frutos da região.

As tarefas eram assumidas de acordo com as tomadas de decisões de cada uma e foram sendo alternadas no decorrer da manhã também de forma espontânea. Algumas que estavam colhendo passaram a cavar, outras cansaram e foram pra sombra, outras que organizavam as mudas passaram a plantar. Houve momentos de discordância sobre a forma como aquilo deveria ser feito, mas acabaram terminando da maneira que haviam começado. O que mais marcava ali, no entanto, era a disposição, a doação delas para com o trabalho. Não raro se ouvia

gargalhadas de conversas que iam se dando entre elas. Após plantar as mudas em novas marcações, algumas mudas que já haviam sido plantadas no lugar errado precisavam ser transplantadas para o lugar certo. Enquanto duas delas davam início a essa operação, as demais ficavam ao redor apreensivas, soltando dicas, torcendo para que desse certo, para que a muda não se perdesse. Finalizadas as atividades no pomar, voltamos para a van e seguimos para a casa de Joselina, que ofereceu um lanche com suco da ubaia, que havíamos colhido.









O mutirão parece ilustrar bem o cotidiano das mulheres da Pracaçu. Ali elas plantaram, cuidaram, colherem, tomaram decisões, se ajudaram, discordaram, estabeleceram laços, confraternizaram ao final, cumprindo um ritual. O mutirão, diz Candido (1997),

consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho (...). Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram (p.60).

Assim, a prática do mutirão configura como um exemplo importante da noção de dádiva inscrita no universo sócio-cultural rural. A noção maussiana do dar,

receber e retribuir, e por conseguinte, a criação e manutenção do vínculo social e endividamento mútuo aparece como conceito chave para a apreensão das relações entre as mulheres da Pracaju e, ainda, da Pracaju com a comunidade Baixa das Carnaúbas.

Para Allan Caillé, a dádiva

não é, de modo algum, desinteressada; simplesmente, ela dá o privilegio aos interesses de amizade (de aliança, sentimento de amor, solidariedade, etc) e de prazer e/ou criatividade sobre os interesses instrumentais e sobre a obrigação e a compulsão (2002, p. 144).

Para o autor, as trocas, as ofertas e prestações de bens e serviços, assim como atos de altruísmo ou de interesse, ou ainda, uma gama abrangente de trocas, sejam elas materiais ou simbólicas, apontam à criação e conservação de vínculos sociais. A zona rural aparece em diversos estudos como lócus privilegiado para o estabelecimento de relações baseadas na dádiva, onde a ação dos indivíduos imbricam-se com valores como a solidariedade, a generosidade, a afetividade e a espontaneidade.

No caso do mutirão, por exemplo, os moradores de uma comunidade lançam-se a prestar ajuda em uma atividade coletiva e desenvolvem, assim, um endividamento mútuo. Aqueles que receberam a ajuda coletiva passam, então, a assumir uma “dívida” moral com estes, os quais assumem a posse do direito de retribuição, quando necessário for, do trabalho oferecido, estabelecendo, assim, vínculos sociais. Nessa atividade tão comum nas zonas rurais, como no caso do mutirão do pomar da Pracaju, a tripla obrigação de dar, receber e retribuir se faz presente. Utilizo aqui a imagem do mutirão também como uma ilustração da teoria da dádiva, que perpassa, na verdade, toda a relação de associativismo vivida no projeto e estará embasando, assim, as análises feitas no decorrer desse texto.

O mutirão também foi o meio pelo qual a estrutura física, ou a fábrica, como elas chamam, da Pracaju foi construída.

Esse prédio começou a construído, aqui era só um terreno, um terreno que não tinha nada, é muito engraçado por que não tinha nada, aí eu fui falar 'ah uma fabrica, uma mini-fábrica de caju lá nos Matões, mas como, onde vai fazer? Dinheiro de onde? Ah, mas a gente tem um pedacinho de terreno lá', aí foi aí que a Dona Joselina fez um reboiço na comunidade, se juntou mesmo e aqui tá a nossa empresa [...] a comunidade se envolveu, aí a partir do momento que a comunidade se envolveu esse prédio foi construído todo feito por mutirão, uma parte dele, uns três compartimentos foi, material... realmente a comunidade mesmo passou a acreditar em algo, sabe? Por que

viu que era possível, por que passou a perceber, poxa, é um projeto legal, pode dar certo. (Lily, 35 anos, Maio/2016).

Ao falar do projeto, Lily costuma se emocionar. O tom da voz embarga, os olhos marejam. Foi assim na primeira vez que conversamos, quando conheci o projeto, foi assim quando ela apresentou o projeto para alunos da UECE que foram conhecer a fábrica, e foi assim na entrevista gravada, que por um golpe de sorte, se deu de maneira espontânea. Em uma sexta em que cheguei tarde para encontrar as meninas da manhã, Lily se prontificou a me fazer companhia até a chegada do pessoal da tarde. Foi quando tivemos uma de nossas conversas mais proveitosas. Sentamos na Mercolanches o Carlinhos, um dos principais comércios locais, onde se vê muitas mães indo comprar lanches para os filhos antes de irem para o ponto de ônibus, que fica logo em frente, para pegarem o ônibus escolar, ou almoçando após pegarem eles de volta no mesmo ponto. O local fica também a sombra de um pé de cajá, e a pesar do sol forte tem uma ventilação agradável, a ponto de ter atrapalhado a gravação algumas vezes, não deixando, no entanto, maiores prejuízos. Pedimos um suco e aproveitei para entrevistá-la ali, valendo-me daquele momento mais descontraído, que aconteceu de forma mais natural, sem o enrijecimento que pode trazer uma entrevista marcada.

Ela conta que havia saído da Baixa das Carnaúbas para Fortaleza a fim de se qualificar para trabalhar nas empresas do CIPP e voltar para a comunidade. Estava procurando emprego quando surgiu uma vaga no projeto da Pracaju que estava em seu início. Antes de ir para Fortaleza, Lily diz que “era envolvida com a comunidade”, e, não por acaso, pouco após entrar no projeto foi eleita internamente como coordenadora. A vaga que surgiu foi no lugar de seu irmão mais novo – já que, como dito, no início, o projeto também visava incluir jovens, independentemente do sexo, por reconhecer o grupo também como uma população em situação de vulnerabilidade – que após vinte dias no projeto, foi chamado para uma das empresas do CIPP.

O projeto era pra mulheres e jovens, por falta de interesse deles acabou ficando só pras mulheres, independente da idade... No início chegou a ter dois homens, mas foram chamados pra empresas e preferiram ir. Meu irmão chegou a trabalhar lá [na Pracaju], ficou vinte dias e foi chamado pra empresa, o Moisés também foi chamado pra empresa [...] Eu entrei no lugar do meu irmão, até então eu tava atrás de emprego, querendo trabalhar em empresa, aí surgiu um vaga nesse período que era a safra grande do caju [...] O projeto inicial era pra 25 meninas, então era tanta mulher, Gabi, aí em um comodozinho de apenas... por que quando iniciou era só dois

compartimentozinho, nós trabalhava... imagina um monte de mulher trabalhando junta, no início era complicado...(Lily, 35 anos, Maio/2016).

A fala de Lily coaduna com os dados e teorias expostas até aqui sobre a vulnerabilidade social das mulheres que perdem espaço no mercado de trabalho para os homens, ratificando que a realidade das mulheres de Baixa das Carnaúbas insere-se em um contexto mundial de desequilíbrio de oportunidades vinculados às condições sociais de gênero. Como coordenadora interna, Lily acaba por ser também, assim como Joselina, uma espécie de porta-voz daquele grupo, configurando-se também como “informante privilegiado” do qual nos fala Agier (2015). Para o autor, além de serem informantes excepcionais pela visão de conjunto que possuem do grupo, as lideranças são igualmente privilegiadas no sentido em que elas mesmas são uma informação.

Eu sou feliz, sabe, eu tô num projeto em crescimento e é o único da minha região voltado pra mulheres, voltado pra mulheres de baixa renda, mulheres em situação de vulnerabilidade social, assim, né, antes elas não tinham, já tavam, as mais velhas já tavam fora do mercado de trabalho, não tinham mais, era trabalhar em casa mesmo (Lily, 35 anos, Maio/2016).

Lily fala da felicidade em ser parte de um projeto que ajuda outras mulheres. Além da generosidade presente no que diz, percebe-se que as mulheres de quem ela fala também é ela mesma, que deixou a comunidade em busca de qualificação e ao voltar continuou sem emprego e oportunidade até entrar na Pracaju.

Se a entrevista com Lily se deu em uma lanchonete, muitas foram as que aconteceram de baixo de pés de cajá, goiaba, acerola, enquanto colhíamos os frutos do chão. Deixávamos a fábrica com baldes na mão e seguíamos para terrenos próximos, como o de Joselina ou o de sua mãe. Pulávamos a mureta que divide os terrenos, traçávamos um caminho pela mata e ao chegarmos no pé de cajá elas começavam a me ensinar como escolher os frutos: os mais “durinhos”, que não estão muito machucados e aqueles os quais quando apertamos não expele líquido, pois os que o fazem têm bichos dentro. Passávamos boa parte da tarde, escolhendo a dedo cada um dos frutos, em meio a conversas, risos e silêncios. Enquanto colhíamos íamos também comendo desses frutos quando o pegávamos diretamente do pé e não do chão. Após enchermos os baldes voltávamos à fábrica, onde os frutos passavam por nova seleção: agora são separados os cajás dos cajá-umbus, que se diferenciam visualmente por terem tamanhos diferentes e precisam ser separados

pois não possuem o mesmo gosto, e separa-se, ainda, os frutos que estão verdes para não serem lavados agora, uma vez que se molhar os frutos ainda nesse estado eles apodrecem. Após separá-los elas os lavam e colocam, então, no freezer para o grupo do turno seguinte fazer a poupa. O mesmo se deu quando fomos ao pé de goiaba e ao de acerola. Sobre esse último, tia Roci conta que é importante cantar enquanto tira os frutos para que a aceroleira não machuque, caso contrário “ela bate na gente”, diz ela.





Rocicleia, ou Tia Roci, é mãe e avó solteira, se diz “casada-separada” e completa “eu sou sozinha, só eu e meu menino”. Aos 60 anos, é das mais empenhadas do grupo e aproveita as horas de trabalho também para se confidenciar com elas, com quem divide seus segredos. No grupo, faz todas as atividades, mas seu ponto forte é o doce e foi eleita, assim, a doceira do projeto. Fora da Pracaju se divide entre ajudar os filhos a cuidar dos netos e o trabalho de cuidadora de uma senhora doente, do qual havia saído quando entrou para o

projeto, mas acabou voltando pela necessidade financeira, um vez que a renda da Pracaju tem atrasado.

Já perguntei pra Jô se tem problema eu continuar aqui [depois que se aposentar], ela disse 'não, tia, tem não' também nós não trabalha de carteira assinada né? Eu disse 'então eu fico'!

- Mesmo que aqui não pague às vezes?

Não, mas eu gosto, eu gosto! Aí a gente faz uns horariozim fora, né, pra poder cobrir assim o que a gente tá precisando, por que já tá com três meses que nós não recebe dinheiro aí. (Rocicleia, 60 anos, Maio/2016).

A fala de Tia Roci dá pistas de que a lógica de entrar na Pracaju para gerar renda pode se inverter. A necessidade financeira, que o projeto parece às vezes não dar conta, faz com que ela procure “um horariozim fora”, não deixando, no entanto, de dedicar-se às atividades de lá. Ao falar do que fazia antes de entrar na Pracaju e de como são seus dias agora, fica claro que o que a motiva a continuar no projeto vai além de valores mercadológicos.

Antes de trabalhar aqui eu trabalhava só em casa de família, agora é melhor por que minhas parceirinha tão perto de mim né? A gente sai, vai ali pro projeto currupião vender, é tão bom! A gente sai, anda... Regina, quando é que nós vamos lá? [...] Eu acho bom, acho bom [...] eu sempre tenho que vim, deixo tudo, tenho que vim, ora, deixo tudo minha fia, deixo minhas coisas tudo e venho (Rocicleia, 60 anos, Maio/2016).

“A gente sai, anda...”. Tia Roci, assim como a maioria das outras que lá estão parece que tinha sua vida restrita ao mundo doméstico antes de viver a experiência do projeto, que agora, proporciona também a possibilidade de outros espaços de convivência, de relações, de vínculos sociais, fora do ciclo exclusivamente familiar.

A vida delas mudou emocionalmente, financeiramente... antes elas ficavam só em casa, doentes por sinal... é tanto que no início, era o momento da crise, de alguns conflitos entre algumas, no sentido de não entender, de não compreender, ai vinha o choro, vinha a angustia, ai percebíamos que a pessoa estava precisando de apoio, que estava com depressão, a pessoa estava doente emocionalmente e aí com isso foi o diálogo, foi a convivência, o trabalho, fez com que essa mulher, essas mulheres, saíssem de dentro de casa, de um convívio exclusivamente ali que estava muitas vezes adoecendo e hoje ninguém segura mais elas, elas dizem 'eu sou guerreira, eu venci meu marido, eu venci o problema de depressão'... têm uns maridos aí que não queriam de forma alguma, que nunca viu elas fora de casa, só no pé do fogão. E elas hoje se sentem libertas, vão pra eventos, vão pra feiras, saem de dentro de casa pra fazer o trabalho e vão fazer a coleta, participam de encontros... (Joselina, 48 anos, Maio/2016).

A fala de Joselina corrobora com muitas das falas das demais mulheres apresentadas até aqui no que diz respeito à saída do mundo doméstico, ao

companheirismo que encontraram lá dentro, à expansão dos espaços de sociabilidade, etc. Mas indica que, apesar dos méritos do projeto, ele também encontra dificuldades em dar conta de muitos dos problemas que as relações sociais de gênero impõe no que tange às responsabilidades parentais. Um dos conflitos que ela cita na fala anterior é exemplificado na fala a baixo.

[...] inclusive teve um problema no início... têm umas afastadas do nosso projeto por que ainda nós não temos uma estrutura adequada para manter as crianças e nós não tínhamos pensado nesse problema: se são mães solteiras e tem filhos, vão trabalhar e vão deixar com quem? E elas tavam trazendo as crianças pra trabalhar junto, ficar no espaço com elas. Mas nosso espaço ficou perigoso, pelo fato de que temos energia em alta tensão, nós temos forno, e pra evitar a gente pediu que... eu sei que é doloroso, é muito ruim num momento como esse elas ter que ficar em casa, por que eu sei que o que elas tão ganhando ainda não é suficiente pra pagar alguém pra cuidar dos filhos, ainda é um início, nós tamos iniciando e a Pracaju... (Joselina, Maio/2016).

Lily, informa, no entanto, que um dos objetivos delas é construir um espaço de convivência, em cima da fábrica, para que as mulheres possam deixar os filhos enquanto trabalham. É interessante notar que nesse ponto o projeto parece não questionar a lógica patriarcal de responsabilizar somente as mães pela criação dos filhos. Ao buscar construir um espaço para os filhos no próprio trabalho, elas continuam tomando pra si tal responsabilidade. Enquanto o local ainda não é construído, no entanto, o grupo possui apenas uma mulher que tem filho pequeno. Rafa, de 29 anos, é casada e tem filhos crianças que ficam com o pai ou com os avós no turno em que ela está na Pracaju. Ela e sua irmã Aline, de 20 anos, são responsáveis pelas atividades da manhã na fábrica e não costumam ir tanto para os pomares como as outras, o que às vezes gera algumas reclamações, que, no entanto, não costuma tomar maiores proporções do que comentários entre aquelas que entram nas matas mais cotidianamente. Na fábrica, elas pegam as frutas já colhidas e selecionadas e colocam na despoldadeira a fim de extrair o suco. Uma vez feito esse trabalho, elas dividem o suco em pequenos sacos, pesam e colocam no freezer para ser entregue ao PAA às quintas-feiras. Apesar da diferença de idade, as falas de Rafa e Aline demonstram que os valores que as movem a continuar indo para o projeto não diferem tanto daqueles que motivam as demais já apresentadas até aqui.

A gente gosta de lá, a gente se apegou tanto as amizades de lá que a gente fez, que a gente vai por que gosta (Rafa, 29 anos, Maio/2016).

É mais experiência pra minha vida, por que eu só tinha experiência com pessoas mais novas, não assim senhoras e elas são pessoas muito legais, elas ajudam a gente demais (Aline, 20 anos, Maio/2016).

Ainda tenho um bom tempo trabalhando, mas a gente trabalha tudo unido, junto, né, acho que vou sentir falta [quando se aposentar], mas parece que vai custar, né?... Por que é melhor do que tá em casa, né? Tando aqui a gente vai conversando, vai se animando né? As veze até dia de domingo a gente sente falta de tá aqui (Regina, 53 anos, Maio/2016).

Amizade, aprendizado, união, são, nessas falas, valores mais uma vez acionados como explicação para a manutenção do grupo, demonstrando que os interesses de amizade, aliança, sentimento de amor e solidariedade de que Caillé (2002) nos fala sobrepõe-se, na experiência da Pracaju, aos interesses instrumentais ou de obrigação e compulsão.

Como dito, além do que produzem a partir das safras de frutos do período em que estão, uma vez que o caju é o carro-chefe do projeto, durante a entressafra elas também fazem uso de fibras do pseudofruto que foram congeladas na época em que ele estava dando. O fruto, ou seja, a castanha, também pode ser armazenada por bastante tempo e por isso também é comercializada fora do período da safra. Por algumas vezes acompanhei o processo de beneficiamento da castanha do caju nos terrenos próximos à fábrica, de onde saíamos com baldes pesados e cheios de castanha. Seguimos para uma parte mais limpa, com menos mata, do terreno, onde Terezinha, ou tia Tê, e Regina começaram a juntar folhas secas e galhos, entre duas pedras, para fazer uma fogueira (fotos). Uma vez acesa, é colocada uma placa metálica, com alguns furos, em cima dela e então é depositada a primeira leva de castanha dentro da placa. Com uma vara, Terezinha vai mexendo até que o fogo aumente e tome de conta de toda a placa, tornando-se assim uma grande fogueira. Quando a casca da castanha é queimada, Terezinha puxa a placa para o lado com a vara, tirando-a da fogueira, e virando-a contra o chão, enquanto Regina joga terra em cima para ir apagando o fogo. As cascas das castanhas queimadas vão sendo acumuladas no balde enquanto o procedimento, feito para que a casca seja queimada e se torne quebradiça possibilitando que seja extraída a castanha de dentro, é refeito mais algumas vezes até acabar a quantidade que levaram. Voltamos, então, com os baldes cheios para a fábrica, onde sentadas no chão em círculo elas começam a bater para quebrar as cascas e ir extraíndo as castanhas uma por uma.







Como já dito, as atividades e turnos são flexíveis, de modo que o que descrevo aqui foi o que mais vi acontecer nos seis meses em que acompanhei o trabalho dessas mulheres. Também observei muitas vezes todas elas em volta da mesa preparando massas para sequilhos ou pasteis de carne de caju, feita a partir da fibra congelada da última safra. Ou ainda fazendo doces ou bolos. Colhendo ou produzindo, elas trocam ideias, contam sobre seu dia a dia, emitem e pedem opinião, refletem sobre o que estão vivendo. Repercutem acontecimentos da

comunidade e comunidades vizinhas, relembram acontecimentos passados. Falam sobre a situação dos seus pagamentos com Raquel, responsável por organizar os números e valores em cadernos, e que muitas vezes faz isso ali ao lado delas enquanto cozinham. Discutem também sobre o projeto, o que poderia melhorar a partir das experiências que estão vivendo.

Apesar de congelarem as fibras de caju e continuarem produzindo durante quase todo ano alguns alimentos a partir do beneficiamento deste pseudofruto, no período da entressafra do caju esses itens são produzidos em bem menor quantidade do que no período da safra. A maior parte de produção é então pautada pelo que a natureza oferece em cada época.

É dependendo da época né? Não tem caju, tem cajá. Não tem cajá? Tem coco. E assim vai indo.. tem ubaia, tem murici, tem manga... (Joselina, 48 anos, abril/2016).

Assim como as marisqueiras de Fortim que Bezerril (2012) analisou, onde “os ciclos de trabalho” das mulheres estão ligados aos “ciclos da natureza” (p.12), as mulheres da Pracaju também vivem uma relação de correspondência com o ambiente natural que as cerca, onde o tempo delas parece ser de acordo com o tempo da natureza. O trabalho dessas mulheres pauta-se naquilo que o meio ambiente oferece naquele momento. A natureza possui assim, um lugar por excelência no contexto de trabalho delas, uma vez que ela se faz presente fortemente nas suas atividades.

Nessa região é mais agricultura, né, e ai aqui as pessoas saíram da agricultura pra justamente ir para essas empresas, e aí a agricultura aqui tá morrendo... agora, pensando, o projeto Pracaju ser criado é justamente para resgatar essa prática das pessoas, sabe, de não deixar, não deixar de pensar ‘olha! A gente pode sobreviver da terra! Se a gente tem a terra pra plantar, por que não plantar?’ (Lily, 35 anos, Maio/2016).

[...] por que como eu via que a minha mãe, no passado trabalhava, e quando eu vi aquilo ali se acabar então achei interessante dar vida a isso. E voltando para esse contexto onde muitas pessoas aqui da comunidade não tem oportunidade da mão de obra, né? Uma oportunidade no mercado de trabalho, e a ideia de processar, trabalhar o fruto que a gente tem na região, fazer com que isso desse uma alavancada, e, de uma certa, forma gerar renda pra própria comunidade, onde contempla exatamente essas pessoas que ficou fora do mercado de trabalho (Joselina, 48 anos, Maio 2016).

Observamos através dessas falas que a Pracaju é um projeto idealizado por uma mulher que inspirou-se, como já dito, no trabalho feito por sua mãe com beneficiamento de um pseudofruto da região. Um projeto voltado para mulheres e

que tem também como motivação o fortalecimento do contato com a natureza através da sobrevivência pela terra, assumindo elas, então, uma consciência de preservação e, com isso, um papel decisivo nesse processo.

A literatura sobre a relação gênero e meio ambiente indica que no âmbito das comunidades rurais e pesqueira, onde as populações muitas vezes dependem do acesso e controle dos recursos naturais, tal relação se acentua, uma vez que é em atenção à repartição de tarefas que se observa a posição social ocupada por homens e mulheres e de que maneira isto decide o emprego, manipulação e conservação de recursos naturais (AGUILAR; CASTAÑEDA, 2000). Assim, a compreensão de que a ligação das mulheres a natureza se dá através das relações sociais de gênero é complementada pela perspectiva da organização de classe produtiva, reprodutiva e distributiva (AGARWAL, 1992; REVELO et al, 1995 *apud* FADIGAS, 2009).

A análise da relação dos subtemas gênero e meio ambiente, ou, em outras palavras, mulheres e natureza, nasce a partir da década de 1970 assumindo diferentes linhas de pensamento nos hemisférios norte e sul. Enquanto no norte a temática associa-se com movimentos ecologistas e pacifistas, no sul ela vincula-se aos problemas ligados a terra, como o setor florestal a agrícola (RICO, 1998). A partir de então, diversas correntes do pensamento contemporâneo aportam conhecimento para elucidar a relação entre mulheres e natureza, principalmente: Ecofeminismo e suas diferentes vertentes: Mulheres e Meio Ambiente; Gênero, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FADIGAS, 2009).

Tais correntes divergem em suas interpretações, no entanto, constata-se que todas elas convergem em um ponto: há uma crescente atuação das mulheres no que diz respeito às questões ambientais ao assumirem o papel de ator social de transformação, a partir de uma consciência de grupo (AGARWAL, 1992; MARTÍNEZ, 2000; PULEO, 2002; RICO, 1998 *apud* FADIGAS, 2009). Tal participação feminina vem configurando-se como um fator decisivo para legitimar a igualdade nos processos decisórios, visto que essas mulheres, independentemente do contexto no qual estão inseridas, assumem, em algum momento, postos de usuárias, consumidoras ou produtoras de conhecimento dos recursos naturais. Ainda de acordo com Fadigas (2009), os resultados de tais reivindicações tem sido apreciado

paulatinamente, ao levarmos em conta que uma parte considerável das políticas ambientais no mundo vem assumindo também uma perspectiva de gênero para orientar seus princípios e trabalhos (MARTÍNEZ, 2000, *apud* FADIGAS, 2009). Assim, considera-se que boa quantidade das temáticas ambientais transcorre pelas questões sociais, o que significa assumir que questões socioambientais necessitam de ação política coletiva para a procura de soluções (FADIGAS, 2009).

Observa-se, assim, que a experiência da Pracaju insere-se nesse contexto mundial no que remete a relação gênero e meio ambiente, uma vez que nesse projeto, as mulheres assumem uma atuação decisória que começa desde a motivação para seu surgimento enquanto forma de resgatar um conhecimento tradicional praticado pela mãe da idealizadora, atravessando também as reflexões das demais enquanto maneira de sustentabilidade, já que, como disse Lily “A gente pode sobreviver da terra! Se a gente tem a terra pra plantar, por que não plantar?”.

3. “A PRACAJU É A CHEFE”: A EXPERIÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM UM GRUPO DE MULHERES

Nesse capítulo proponho-me a explicar acerca da importância da criação um projeto voltado para mulheres, dos motivos do seu surgimento e ainda o que tal fenômeno pode nos trazer de reflexões antropológicas. A experiência de campo em Barreiras, apesar de muito embrionária, já havia me dado pistas de que no meio rural cearense a vulnerabilidade das mulheres é real e que as experiências associativas são, com certa recorrência, opções de saída dessa situação. Apesar de não ter conseguido acompanhar a experiência da ASMUB por motivos já explicados, a fala da presidente aponta no mesmo sentido das falas que ouvi das mulheres da Pracaju.

Essas mulher, quando a gente vai pras comunidade, você não sabe mas deve imaginar, essas mulheres, a quantidade não é muita não, mas hoje ainda tem aquelas mulheres que sobrevivem pelo salário do marido, que eu achava que não existia mais isso, mas no último curso que eu fui ministrar aqui na Lagoa Grande, dois meses passados, a mulher não foi, não fez nem o cadastro por que o marido dela não tava em casa pra dizer se ela ia ou se ela não ia. Eu achava que isso já não existia, tanta reunião que tem... A Barreira, não é querendo puxar o saco pra Barreira não, mas a Barreira, o nosso município, ele tem muitas reuniões nas comunidades, o pessoal são muito informado, tem palestra na comunidade, tem conselho, tem muitas coisas envolvendo e isso aí esclarece a mente das pessoas, aí eu jamais ia imaginar que essa mulher não ia fazer a inscrição por que o marido dela não tava em casa pra dizer sim ou não [...] e aí nesses cursos a gente detectou que as mulheres precisavam de um ajuda, eu digo: ajuda só pode ser uma associação que a gente possa ajudar, se ajudar, habilidade delas com a informação da gente e formar um grupo pra poder ir pra frente, né? (Eleneide, Presidente da ASMUB)

Na fala de Eleneide podemos perceber muito claramente dois aspectos basilares desta investigação: a condição de subserviência em que algumas mulheres ainda se encontram e a consciência de outras da necessidade de se ajudarem através do fortalecimento da sociabilidade entre as mulheres que pode ser conquistada através de uma associação. Eleneide, que não ganha nenhum valor monetário para presidir a ASMUB, também aparece como um exemplo de que o monetário nem sempre dá as ordens no meio social, uma vez que nessa sua fala inicial o que se destaca é a necessidade de se juntarem para que possam “ir pra frente”, sem vermos aí ainda alguma referência à questão da geração de renda.

A conversa com a presidente da Associação Baixa das Carnaúbas e idealizadora da Pracaju demonstra que também lá a ideia de juntar um grupo de

mulheres para produzir vem do reconhecimento da situação de vulnerabilidade que elas vivem nessas comunidades.

Por que como eu via que a minha mãe, no passado trabalhava, e quando eu vi aquilo ali se acabar então achei interessante dar vida a isso. E voltando para esse contexto onde muitas mulheres aqui da comunidade não tem oportunidade da mão de obra, né? Uma oportunidade no mercado de trabalho... E a ideia de processar, trabalhar o fruto que a gente tem na região, fazer com que isso desse uma alavancada, e, de uma certa, forma gerar renda pra própria comunidade, onde contempla exatamente essas pessoas que ficou fora do mercado de trabalho.

- Que são na maioria das vezes mulheres?

Na maioria das vezes mulheres em situação de vulnerabilidade, jovens e senhoras já... Então é bem variado o público alvo dela, né, pessoas jovens e pessoas já completando 55, 60 anos de idade... (Joselina, 48 anos, jun/2016).

O trabalho da mãe a que Joselina faz referência era um projeto onde sua mãe, que assim como ela era líder comunitária, trabalhava na produção de cajuína. Joselina explica que esse projeto mais antigo não foi pra frente por não ter sido algo que tivesse nascido dentro da associação da própria comunidade.

Tinha um projeto anterior que era só a cajuína, projeto São José, São Vicente... Era um projeto que foi através da associação de Guararu, que veio contemplar a comunidade aqui, mas não era um projeto da comunidade. Hoje a Pracaju é um projeto real da PRÓPRIA ENTIDADE, DA ASSOCIAÇÃO DE BAIXA DAS CARNAÚBAS, A IDEIA A GENTE LANÇOU ATRAVÉS DA ASSOCIAÇÃO! O anterior existiu, envolveu algumas famílias, mas não foi dado continuidade e as pessoas que coordenavam eram da Associação de Guararu (Joselina, 48 anos, Maio/2016).

Observamos, assim, dois exemplos onde a proposta do associativismo sob a luz da economia solidária aparecem como via possível para o fortalecimento de mulheres que, por viverem em um meio rural marcado pelo patriarcado, encontram-se em situação de vulnerabilidade e ainda a importância que isso traz para o fortalecimento comunitário, ou seja, para o bem comum.

Para contextualizar o fenômeno da economia solidária, autores como Razeto (2001), Singer (2002), França Filho (2002), Andion (2005), Oliveira (2008) e Laville e França Filho (2009), sustentam-se na ideia de solidariedade como estratégia de suavizar processos de exclusão social. Torna-se mister, no entanto, ressaltar que, apesar de possuírem o conceito de solidariedade como alicerce comum para os empreendimentos solidários, os estudos de tais autores indicam direções de análises diferentes com relação à temática.

Nos estudos de França Filho (2002) e Laville e França Filho (2009), a atenção recai, essencialmente, ao atrelamento entre os projetos de economia solidária, o papel estatal e a iniciativa privada, ao buscarem expandir e estimular políticas públicas, sugerindo ações mais abrangentes e eficazes que também revertam-se em benefício para a sociedade como um todo. Singer (2002), Razeto (2001), Oliveira (2008) e Andion (2005) seguem a mesma direção e complementam destacando as organizações de economia solidária mais especificamente ao buscarem sua origem na sociedade civil, uma vez que tais empreendimentos se formam a partir de ações onde se observa a cooperação daqueles que a formam. É, assim, segundo o ponto de vista dos autores, através de ações de cooperação que se dá a transformação das realidades em que estão inseridos, ao passo que a interface com outros campos da sociedade, como a iniciativa privada e o Estado, são parte do contexto em que tais organizações atuam.

O Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), parceria da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), iniciado em 2003, demonstra que economia solidária abarca formas coletivas de autogestão, transformadas em ações econômicas. Como característica, destaca-se que a economia solidária permite a produção e a comercialização de bens e/ou serviços, tendo elas que ser desempenhadas e amparadas em solidariedade, cooperação e sistema de autogestão (VAN HERK, 2011).

Os ESS (Empreendimentos Econômicos Solidários) são propostas exercidas com base na ideia de economia solidária e, segundo o SIES, são representados com base em condições citadas no quadro a baixo:

Empreendimento	Econômico	Solidário
Cooperativa, associação, grupo informal, fundo rotativo, banco comunitário, clubes de trocas, redes de cooperação.	Produção, prestação de serviços, comercialização, crédito, finanças solidárias, consumo, trocas	Autogestão, cooperação, solidariedade, justiça, sustentabilidade, comunitário.

Fonte: SIES – Sistema de Informações em Economia Solidária (2008)

De acordo com França Filho (2002), os empreendimentos de economia solidária podem ser assinalados como uma (re)estruturação, ou ainda, uma (re)atualização da economia social, uma vez que, o autor faz referência a determinado contexto histórico para explicar que organizações de economia social ou mutualistas tem sua origem no associativismo europeu, com destaque na França, onde interesses de ajuda mútua estavam presentes “em uma parte descaracterizada do Estado”, no decorrer do século XIX. Ainda sobre o surgimento da economia solidária, Singer e Guérin (2005), refletem reportando-se ao período do capitalismo industrial, quando os pequenos produtores agrícolas e operários, exaustos das condições de exploração próprias das mercantilização da economia daquele período, sentiram a necessidade de se organizarem, dando início, assim, ao que se chama economia social, concepção essa que, mesmo de forma precária é o início dos ideais cooperativistas (VAN HERK, 2011).

3.1 Economia solidária: delineando o conceito a partir do seu desenvolvimento histórico.

Para melhor adentrarmos no conceito de economia solidária, opto aqui por fazer uma breve explanação sobre o contexto de seu surgimento e de seu desenvolvimento.

No intuito de esclarecer acerca dos termos atuais da economia solidária, Singer (2002), retoma a contextualização de sua origem dando luz ao seu marco, no século XIX, nos ideais utópicos dos socialistas daquela fase, período em que o autor nomeia “cooperativismo revolucionário”, quando as explorações do sistema industrial acarretaram mazelas como exclusão social e sujeição, provocando, assim, o nascimento das primeiras aldeias cooperativas na Europa. A economia solidária, surge, então, como reação ao empobrecimento de artesãos que tiveram seus trabalhos substituídos pela difusão das máquinas.

A criação desse tipo de cooperativa, estreitamente ligada à luta de classes conduzida pelos sindicatos, conferia a essa luta uma radicalidade muito maior. Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. (Singer, p. 29, 2002).

Assim, ainda, de acordo com Singer (2002), em função da grande crise econômica instalada também por parte da hostilidade estatal, a regulação do

trabalho incitou novas ações na esfera socioeconômica. As políticas governamentais, no entanto, persistiam em ter o domínio sob toda e qualquer associação que partisse dessas iniciativas. Tal ingerência estatal nas iniciativas associativas prolongou-se ainda no período após as grandes guerras mundiais, e a estatização da economia levou a uma separação de ações econômicas, sociais e políticas (VAN HERK, 2011).

Também tratando do pós-guerra, Guérin (2005) avalia que desse marco até a década de 1970, o período foi marcado as reações, tanto da classe operária quanto da sociedade civil, no sentido da busca de uma novo modo da movimentação social que pudesse embasar um estímulo para ações que revitalizassem o sentimento de auxílio mútuo. Foi então que as mulheres passaram a ter papel fundamental em tal âmbito uma vez que suas iniciativas, principalmente na França do século XX, foram responsáveis, entre outras coisas, “por levar conhecimento educacional ao povo, auxílio aos menos favorecidos, principalmente, com relação a cuidados com a saúde e higiene, além de várias iniciativas coletivas de trabalho” (VAN HERK, p. 55, 2011).

Para Guérin (2005), o nascimento da economia solidária é balizado pelo momento em que os movimentos sociais, ao buscar abrandar as exclusões sociais vividas pelo povo, fizeram surgir novas formas de organização – nas esferas socioeconômicas como nas políticas e culturais – onde solidariedade e cooperação são os termos que se sobressaem.

França e Dzimira nos dizem, citando Laville, que a economia solidária constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não mercantil e não monetária, ao invés de ser pensada enquanto uma forma de economia que viria a se acrescentar às formas dominantes de economia, na direção de uma possível substituição. Para os autores, o conceito de economia solidária surgiria, então, como uma

projeção ao nível micro-social deste conceito macro-social de economia plural [...] Nestas experiências, portanto, os recursos são plurais: mercantil, pela venda de produtos ou prestação de serviços; não mercantil, através de subsídios ou acordos e contratos junto a instituições públicas; e não monetário, através de contribuições voluntárias, de dádivas, principalmente sob a forma do benevolato (dádiva de si mesmo e do seu tempo) (França e Dzimira, 1999, p. 146).

Ainda segundos os autores, sob a ótica de Laville, nestas experiências, no lugar de uma afirmação onde emprego representa um fim em si mesmo, que pode não possuir um sentido maior, as pessoas dão privilegio a uma lógica de afirmação do sentido na realização da atividade, e que deixa em aberto também a possibilidade a primeira opção, ou seja, de passagem ao emprego no mercado formal. Tais experiências. Tais, experiências, demonstram os autores,

não procedem, portanto, de uma lógica prioritariamente instrumental, pois inscrevem-se numa “lógica solidária”. Além disso, nelas coexistem formas plurais de atividades, algumas das quais seguramente não se deixam reduzir ao interesse utilitário, como é o caso do benevolato (França e Dzimira, 1999, 147).

Temos, assim, que, apesar de seguirem linhas de pensamento diferentes nas suas interpretações, como demonstrado até aqui, os autores que estudam a ideia de economia solidária, pautam suas análises a partir da compreensão da solidariedade como base firme dos empreendimentos desse tipo de iniciativa.

3.3 A Pracaju e a experiência da economia solidária

Apesar do nome “economia solidária” não aparecer nas falas das mulheres da Pracaju, as características do projeto convergem com aquilo que é definido no âmbito das organizações solidárias. Lá, as tomadas de decisões e as divisões do fruto do trabalho se dão de forma coletiva, ademais não existe um patrão, um chefe ou aquele que lucre em cima da força de trabalho delas. Joselina destaca, ao explicar que elas pretendem formalizar institucionalmente o projeto como cooperativa, que “a Pracaju vai se tornar uma cooperativa, por que tudo que é processado dentro da Pracaju, tudo que dentro dela é trabalhado, tira-se a despesa e divide-se o lucro”. Na verdade, no entanto, os motivos que as mantêm lá são laços que vão muito além da necessidade monetária. Assim, se, para Singer (2009), a economia solidária é uma forma de produção na qual se tem como princípios basilares a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, podemos afirmar que a Pracaju caracteriza-se como um empreendimento solidário. Como podemos observar na fala de Joselina, a ideia da liberdade individual também é respeitada naquele trabalho.

Elas todas têm consciência do que pode fazer e do que sabe fazer, é isso que é bonito no grupo. Então, a gente interage de uma certa forma... aqui

não tem a chefe, não tem o pivô tal, a fulana de tal. Por que de primeiro aqui, alguma coisa, algum projeto, alguma responsabilidade que surgia, delegava: 'é projeto da fulana, projeto da ciclana!', não, aqui é Pracaju, Pracaju é todas [...] a Pracaju é a chefe. (Joselina, 48 anos, jun//2016).

O que observei em minhas idas a campo corroboram com o que é dito pela agente de saúde e líder comunitária. Durante todo tempo em que acompanhei o cotidiano na “mini-fábrica”, pude observar que suas funções podem variar acordo com a necessidade ou desejo de cada uma. Desde as escolhas dos horários até as atividades que exercem lá dentro são determinadas por elas mesmas e podem ser flexibilizadas de acordo com alguma necessidade que possa vir a surgir.

Uma delas, por exemplo, preferiu ficar na feitura dos doces e, segundo as outras, chega a ficar com raiva se alguém se meter nos doces dela. Algumas possuem outros trabalhos e precisam, assim, ir para a Pracaju nos seus turnos livres. Há quem trabalhe em outro lugar de manhã e de tarde e por isso escolheu o turno da madrugada para se dedicar ao projeto. Relembro aqui, de forma mais resumida, o já citado dia em que as mulheres da Pracaju formaram um mutirão com demais pessoas da comunidade e foram ao pomar para plantar cajueiros. Se, no primeiro capítulo, a experiência do mutirão foi compreendida à luz do ritual da reciprocidade, o retomo aqui como mote para pensar tal ocasião como ambiente de diálogos e tomadas de decisões. Na observação dessa atividade pude ver que, ao chegar lá, apesar de existir uma liderança centrada em D. Joselina, cada uma decide por si o que vai fazer. Fomos até o pomar, como dito, no carro do marido da D. Jô e no caminho ela começa a dar algumas instruções do que precisava ser feito: enquanto ela iria medindo, com a ajuda de mais alguém, a distância de um ponto para outro onde os cajueiros seriam plantados, outras viriam na sequencia cavando os buracos, para que outras plantassem e em seguida alguém aguasse, havia ainda a necessidade de catar murici e ubaia, fruta típica da região, que elas começariam a fazer polpas. Ao chegarmos ao pomar, cada uma foi assumindo uma tarefa e coletivamente plantaram as mudas de caju.

Para Guérin (2005), as organizações solidárias são observadas como espaços que se constituem enquanto ambientes de diálogo, tomadas de decisão, elaboração e prática de projetos adaptados a seus contextos. A autora ressalta que essas experiências, mesmo que não sejam capazes de resolver todas as dificuldades das mulheres, têm contribuído na superação de algumas. Para a autora,

a participação de mulheres nesse movimento pode ajudar a proporcionar o respeito por si mesmas e a conquista de autonomia pessoal a partir da definição de um projeto de vida. Além disso, reforça dizendo que o aprendizado e o reaprendizado em grupo, por meio das relações de cooperação e solidariedade, possibilitam para muitas mulheres a consciência e o acesso a direitos até então inalcançáveis.

A economia solidária aparece, assim, como uma forma de organização econômica que incorporaria os valores da democracia dentro do contexto econômico, prezando pelo trabalho coletivo, pela igualdade entre os membros, pela divisão do poder de decisão, pelos iguais direitos diante de decisões, pela fidelidade na representatividade do grupo, sendo a igualdade e a democracia elementos centrais deste novo movimento econômico. Nesse processo, reúne-se um conjunto de iniciativas econômicas privadas direcionadas para o interesse coletivo e baseadas na solidariedade e na cooperação, sendo realizada a elaboração conjunta da oferta e demanda a partir dos espaços públicos de proximidade, os quais favorecem uma rearticulação econômica, social e política (GUÉRIN, 2005).

Assim, ainda seguindo a ótica da autora, a proposta da economia solidária vai além de facilitar o acesso a atividades geradoras de renda, uma vez que isto não bastaria para reduzir a desigualdade sexual e garantir uma igualdade real. Tal igualdade esbarra no caráter multidimensional da pobreza, na inadequação das instituições e ainda na desigualdade da divisão dos trabalhos familiares. A economia solidária existe, segundo essa visão, como proposta de superação de tais obstáculos, uma vez que essas iniciativas criam espaços intermediários entre as esferas pública e privada/doméstica, entre o monetário e o não-monetário. A economia solidária promoveria, assim, três possibilidades de eliminação daqueles bloqueios. Primeiro, por desempenhar um papel de justiça de proximidade (que visa diminuir as lacunas de uma justiça centralizada e padronizada), segundo, como espaço de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas, “elas se apresentam nesse aspecto como modos de acesso à fala pública para pessoas que geralmente não o têm” (GUÉRIN, 2005, p. 17), podendo assim participar da transformação das instituições, e conseqüentemente, em terceiro, contribuiriam com a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil e participam da revalorização das práticas recíprocitárias.

A experiência da Pracaçu parece apontar na direção da superação de tais obstáculos, uma vez que o projeto permite às mulheres que o fazem, através do fortalecimento dos seus vínculos, um lugar de fala e de tomada de decisões em conjunto, além de trocas de informações e conhecimento. As conversas que tinham ao redor da mesa em que produziam os alimentos, enquanto o faziam, muitas vezes estavam ligadas e como fazê-lo da melhor forma, mas tantas outras vezes ouvia-se elas trocando informações e se ajudando, como, por exemplo, quando tiravam dúvidas entre elas sobre quais documentos eram necessários para dar entrada no processo de aposentadoria ou pra conseguir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)⁸.

À luz da teoria da dádiva (MAUSS, 2003), tais especificidades da economia solidária que os autores citaram mais acima estão imbricadas no circuito positivo e moderno da dádiva, cuja essência é a reciprocidade da ação orientada por um forte vínculo social. As relações entre os indivíduos formam uma rede de relacionamentos horizontais, de forma orgânica e interdependente, fundamentadas em vínculos modernos de confiança, fortes o suficiente para superar os interesses exclusivamente individuais e utilitaristas (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008). Tal teoria torna-se, assim, mister para a compreensão da economia solidária.

Laville demonstra que há um aspecto comum nas experiências de economia solidária, onde, segundo o autor, “pessoas se associam para desenvolver em conjunto atividades econômicas que contribuem para reforçar a coesão social e a criação de emprego, ao mesmo tempo” (Laville, 1997, p. 64-65 *apud* França e Dzimira, 1999). França e Dzimira, complementam que “se as pessoas se associam para encaminhar seus projetos, elas se associam também por se associarem” (França e Dzimira, 1999, p. 147). Assim, se são desejadas por si mesmas, tais experiências e tais relações não encaixam-se no âmbito do interesse utilitário, uma vez que “não podem se explicar pela expectativa de um retorno sobre investimento”, tais serviços, ressalta Laville, “estão fundados nas práticas cotidianas das populações, nas relações e trocas simbólicas que tecem a trama diária da vida local” (Laville, 1997, p. 65 *apud* França e Dzimira, 1999). A inovação destes serviços

⁸ A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é um documento que identifica o produtor ou produtora familiar e é necessário para que esse agricultor ou agricultora esteja apto a participar das políticas públicas para a agricultura familiar, como financiamento da habitação rural e Programa de Aquisição de Alimentos do governo.

solidários, como também demarcou Guérin (2005), baseia-se ao lançar mão de um princípio do comportamento econômico que difere do mercado: o princípio da reciprocidade que conduz os processos de interação através dos quais os serviços são elaborados (Laville, 1994, *apud* França e Dzimira, 1999).

Ainda segundo Castanheira e Pereira (2008), a perspectiva da dádiva apresenta a reciprocidade como um circuito de trocas em que o dar é tão fundamental para o agente social quanto o receber. Essa perspectiva teórica lança vias para se compreender a existência de outras formas de relação social que não somente aquelas baseadas na afetividade e no parentesco da socialidade primária, ou constituídas a partir do mercado e do Estado, uma vez que no âmbito da economia solidária os vínculos entre estranhos não se valem de recursos coercitivos ou materiais. Ao contrário, as relações se estabelecem por meio de uma reciprocidade voluntária que, baseada na solidariedade, na confiança e na alteridade, permite a autonomia individual sem romper o vínculo com o coletivo.

Assim, os autores defendem que o estudo da dádiva emerge como referência analítica da ação coletiva, permitindo conhecer as suas especificidades sem recorrer às explicações reducionistas do individualismo metodológico ou da abordagem objetivista. Lançando sua luz na direção de um sujeito social integral, essa perspectiva não só institui a natureza dos vínculos que se estabelecem no âmbito da economia solidária, como também possui potencial analítico para expressar como se formam esses vínculos. Dessa forma, a teoria da dádiva, além de resgatar as questões que envolvem a natureza substantiva das relações sociais, eleva a ação coletiva ao patamar de "uma experiência em que a sociedade é vivida como comunidade" (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008).

A categoria reciprocidade é, então, como afirma Paulino (2012), outra categoria componente da significação socioantropológica da economia solidária. Assim, a compreensão da dinâmica não utilitária que perpassa os processos associativos alimentados pelo ideal de cooperação induz à discussão de tal elemento. Segundo o autor,

uma descoberta histórica surge a partir do interesse antropológico pelas práticas que envolvem a associação de sujeitos em atividades de aparente inutilidade, nas quais se investe tempo e trabalho, sem um retorno manifesto na forma de ganho material, rendimento ou lucro. Assim, a antropologia descobre que o *homo economicus* não existe universalmente;

ou seja o homem utilitarista, movido pela ambição, pela ânsia do lucro e da acumulação privada é uma criação da economia de mercado, exacerbada pelo espírito liberal (PAULINO, 2012 p. 189).

Como afirma Leite (2009), Laville, ao criticar o reducionismo que explica a ação econômica apenas pelo interesse material e individual, traz à tona o conceito de Polanyi (2000) que defende a economia como uma instancia plural, constituída por uma diversidade de formas e produção entre as quais também se encontrariam aquelas baseadas na reciprocidade (LEITE, 2009).

Assim, as maneiras de produção que têm por base a reciprocidade surgiriam como formas de resistência ao mercado. Como demonstra Leite (2009), tal resistência, resultante de ações coletivas, seria capaz de promover a solidariedade democrática no sentido de uma democratização da economia. Esse poder de democratização teria como base, segundo Laville, duas características da economia solidária, independentemente da forma particular que possa tomar. A primeira vincula-se à importância das práticas de reciprocidades entendidas não como um resultado da tradição ou uma virtude feminina, mas como uma forma completa de agir economicamente. A economia solidária, teria, assim, como especificidade, a adequação de iniciativas privadas com propósitos centrados no interesse coletivo mais do que no lucro. A razão econômica seria acompanhada por uma finalidade social que busca produzir vínculos sociais e solidários, baseados numa solidariedade de proximidade, colocando o auxílio mútuo e a reciprocidade no centro da ação econômica (LEITE, 2009).

A Pracaju foi, para essas mulheres, um espaço que extrapolou a produção meramente mercadológica e atingiu outras esferas, possibilitando que famílias, que apesar de se conhecer e morar na mesma comunidade, não possuíam laços sociais maiores, vivessem um processo de fortalecimento desses vínculos e, a partir daí, um fortalecimento delas mesmas.

E essas famílias, elas moravam aqui, mas nós não tinha essa convivência, não tinha essa intimidade que temos hoje (Raquel, 42 anos, abril/2016).

Além da fala de Raquel, o depoimento de Regina sobre a importância da Pracaju após o falecimento do seu filho, demonstra como o projeto funcionou como

espaço de solidariedade e fortalecimento. Além de enfrentar o marido, para estar lá, Regina encontrou um apoio que não encontrava dentro de casa. Ela conta que não sabe como seria sua vida se não fosse a Pracaju, “se eu ficasse em casa eu não sei como é que ia ser”, completa ela. Esse era um assunto difícil de tocar com Regina. Lily, no entanto, me narrou como se deu esse momento e de que forma o projeto esteve presente.

[...] tanto que ele se enterrou e no outro dia ela já tava [na Pracaju]. No dia do enterro dele, do velório, a gente não trabalhou, tava de luto em homenagem a ela, por consideração a ela né? Mas só que no outro dia ela já tava lá, triste, mas aquela, todas as meninas em volta dela, conversando, dando apoio, aí ela conseguiu, ela não ficou TÃO assim.. por mais que ela era apegada a ele, era o mais novo, né? Mas que bom, bacana, que a gente ajudou ela (Lily, 35 anos, Mai/2016).

Assim, ainda segundo Leite, (2009), o recurso à reciprocidade trata de abordar os problemas cotidianos coletivamente na esfera pública, no lugar de buscar saná-los individualmente no âmbito privado. Para a autora, que se apoia no pensamento de Laville, os serviços de proximidade baseiam-se, assim, nas práticas cotidianas das populações, nas relações e nas trocas simbólicas que tecem a trama diária da vida local, nas aspirações, nos valores e desejos das pessoas, que são os usuários (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004 p. 104 apud LEITE, 2009, p.8).

Para Mauss,

(...) não são indivíduos, e sim coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam (...) o que trocam não são exclusivamente bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas economicamente úteis. Trata-se antes de tudo de gentilezas, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras em que o mercado é apenas um dos momentos e onde a circulação de riquezas constitui apenas um termo de um contrato muito mais geral e muito mais permanente (MAUSS, 1974, p. 44-45).

Como demonstram França e Dzimira (1999), a dádiva constitui um dos componentes fundamentais da economia solidária e é justamente tal aspecto que aponta para o caráter inovador destas experiências do ponto de vista organizacional. Tal inovação se dá a partir da manifestação da dádiva para além do espaço restrito da esfera doméstica. Citando Laville (1994), os autores destacam que assiste-se, assim, a uma espécie de “impulsão recíproca”, no seio da esfera pública.

Os autores esclarece que a aproximação entre os termos da dádiva e da economia solidária,

não significa uma identificação de forma simplista da economia solidária a uma espécie de economia da dívida. Aqui trata-se muito mais de relação de envolvimento. A dívida participa da economia solidária, manifestada notadamente através do ato voluntário (dívida de si mesmo, do seu tempo, etc) (França e Dzimira, 1999, p. 141).

As mulheres da Pracaju voluntariam-se de diversas maneiras no cotidiano do projeto. No convívio com elas nas suas atividades via a dedicação de cada uma em cada tarefa: se fosse para colher cajá, colhiam até encher todos os baldes que tinha a disposição, sem que houvesse uma ordem superior para isso, quando parecia não haver mais frutos pelo chão, alguma tomava a iniciativa de pegar uma vara para balançar o pé e ver cair mais. A atenção delas em cada etapa do processo de fabricação das comidas e bebidas saltava aos olhos. O que se via era doação. Não só isso. Elas levavam presentes feitos por elas mesmas para enfeitar a fábrica, como uma capa de garrafão e outra de botijão que Regina levou. A ida delas ao trabalho, a despeito de muitas vezes não estarem sendo remuneradas, o acompanhamento de atividades extras, como o dia em que foram assistir Joselina carregar a tocha olímpica em nome do projeto são demonstrações do ato voluntário, que caracteriza a dívida, de que França e Dzimira falam.

Segundo as respostas que elas me deram, a motivação principal que levou as mulheres que hoje formam a Pracaju a buscarem o projeto foi de fato a necessidade da geração de renda, ou mesmo de uma renda extra. No entanto, a convivência com elas e as narrativas que ouvi mostraram que suas presenças no local são motivadas muito mais por laços afetivos que se construiu a partir do cotidiano no trabalho do que por fins financeiros. Demonstração disso também é o fato de que, como dito, dos seis meses que estive em campo, em três seguidos elas estavam sem receber remuneração e ainda assim não deixavam de ir ao trabalho. Quando as questionava sobre isso, as respostas confirmavam que os laços que se formaram a partir daquela experiência faziam com que elas ressignificassem o papel daquele trabalho nas suas vidas.

E a senhora acha que mudou alguma coisa na vida da senhora vir trabalhar aqui?

mudou, menina, mudou! Demais, demais, demais, de mais mesmo! Armaria, tu é doída! E outra que eu gosto de trabalhar com elas duas aí. De tudim, eu gosto de tudim aí dentro, mas nós três, eu, Regina e Terezinha, somos as três parceira do dia né? [...] eu, a bichinha aqui e a Raquel, nós somos as

danada mesmo, nós sai vendendo no meio do sol quente, vamo pro projeto, lá pro projeto Currupião com esse sol todim... mas eu gosto mesmo assim com esse pouco dinheiro..." (Tia Roci, 60 anos, Mai/2016)

meu marido não apoiava muito não, ele ainda diz umas coisa ainda 'tu trabalha lá, tu não recebe dinheiro', quando eu tô saindo pra trabalhar ele diz assim 'já vai sair?' eu digo 'eu vou', mesmo sem tá saindo dinheiro mas é assim mesmo, deixa aí, um dia sai né? (Regina, 55 anos, Mai/2016)

Eu não deixo de vir de jeito nenhum, é um compromisso que me faz muito bem"(Terezinha, 56 anos, Mai/2016).

Através dessas falas podemos observar que a Pracaju atua como espaço de vinculação e reciprocidade entre as mulheres daquela comunidade e, assim, de fortalecimento dessas mulheres, que, em meio ao contexto patriarcal da zona rural, são tão comumente invisibilizadas. O projeto traz, assim, um processo transformador nas suas vidas, que passam também a refletir sobre os valores da sociedade capitalista.

Na minha vida, cara, foi assim uma transformação também sabe, nossa! Esse meu jeito de querer mais, assim, de querer aprender mais com elas e passar mais pra elas, isso fez com que eu até visse... dinheiro é bom, mas as vezes não é tudo, sabe, eu sei que é necessário a gente ganhar, por uma questão se sobreviver , mas ai eu fico pensando 'será que se eu tivesse numa empresa ganhando salário eu taria assim?' eu acredito que não. Eu sou tão assim aberta a tantas coisas assim de querer, fazer, de ter essa coisa assim de ser liberta, sabe? Que talvez eu não taria feliz dentro de uma sala fechada, sem convívio, assim, humano e de pessoas, sabe, com realidades tão diferentes, sabe, mas mesmo assim que se unem por uma causa só e passam a sonhar juntas, sei lá... foi um sonho que eu também viajei nesse sonho e hoje eu quero muito, muito, muito mesmo que dê certo, eu tando no projeto ou não, eu continuando no projeto ou não, mas eu quero continuar, sabe, por que eu quero que esse projeto seja realmente um projeto autossustentável. (Lily, 35 anos, Maio/2016)

A fala de Lily coaduna com a visão de Singer sobre o papel transformador da economia solidária em que a experiência autogestionária traz a tona uma potencialidade educativa, permitindo que, através das práticas das quais lançam mão, a autogestão oferece a possibilidade de educação e transformação do comportamento daqueles que vivem a experiência, possibilitando que suas ações passem a ser pautadas por valores divergentes daqueles das relações sociais capitalistas. Assim, para o autor, muito além de uma alternativa à exclusão social, os empreendimentos de autogestão proporcionam um conjunto de práticas com potenciais transformadores da consciência e do comportamento dos seus praticantes, possibilitando que os mesmos incorporem valores ideológicos

(participação, igualdade, solidariedade, etc.) contrapostos àqueles que baseiam a lógica individual e competitiva das sociedades capitalistas (AZAMBUJA, 2009).

A fala de Lily traz ainda o sentido de generosidade que perpassa as experiências de empreendimentos solidários e que ressalta Singer (2001) ao afirmar que

a prática da solidariedade consiste precisamente nisso: na generosidade que não enseja que o grau de sacrifício de cada indivíduo seja medido para futuras compensações; no desprendimento que faz com que cada trabalhador abra mão de lazer ou de dinheiro não só para o bem comum mas também para cobrir deficiências de companheiros. E assim por diante (Singer, 2001, p. 107).

Finalmente, o que se observa na experiência da Pracaju corrobora com a reflexão do mesmo autor sobre a integração das mulheres na economia solidária. Para Singer (2012), esse tipo de associação não as emancipa somente pela maior segurança econômica. Através desse processo, elas também passam a usufruir da possibilidade de se tornarem “efetivamente iguais aos outros trabalhadores em direitos, independentemente de gênero, etnia, idade e outras características dos seres humanos que os diferenciam” e são muitas vezes motivos de discriminação. Ao participarem desses empreendimentos coletivos, as mulheres passam a viver um processo de aumento da autonomia que as permite “agir de acordo com suas inclinações e desejos sem receio de colocar em risco o seu lugar na cooperativa de trabalho que lhes pertencem”. A oportunidade de participar de reuniões que visam a deliberação das questões do empreendimento, onde os problemas são discutidos e soluções são adotadas, as capacitam para participar como membros ativos da autogestão. Tais ocasiões configuram-se como possibilidade de aprendizado que as faz compreender ser possível “superar a alienação em que homens e mulheres que meramente vendem sua capacidade de produzir ao capital são mantidos”. É através dessa perspectiva que se pode ponderar que a alternativa da economia solidária como porta de saída da pobreza para essas mulheres é efetivamente emancipador.

4. “A PRACAJU VEIO PRA IMPACTAR”: A PRACAJU E A COMUNIDADE

Falar da comunidade de Baixa das Carnaúbas com as pessoas que lá vivem é ouvir delas relatos do crescimento da violência, da mendicância, da prostituição de jovens, do uso de drogas. Para esses moradores o aumento de tais mazelas está relacionado com o grande fluxo de trabalhadores que passam a morar na região em função da necessidade de mão de obra advinda da implantação do CIPP

Apesar de não ser minha intenção analisar os impactos do CIPP, tornou-se difícil falar da comunidade Baixa das Carnaúbas sem passar por esse assunto, uma vez que as narrativas de quem mora no local levavam constantemente ao tema. Assim, contextualizo brevemente o surgimento de tal empreendimento, demonstrando como a comunidade de Baixa das Carnaúbas insere-se em um contexto mundial que privilegia o capital financeiro em detrimento dos custos socioambientais.

Para Teles (2015), o Ceará passa por transformações nas últimas décadas que acendem reflexões no intuito de compreender os processos econômicos, políticos e sociais que vêm se sucedendo no Estado, mais especificamente, no espaço metropolitano de Fortaleza, onde se localiza Caucaia, município do qual Baixa das Carnaúbas faz parte. A autora – que analisou em sua tese o papel das dinâmicas de mobilidade, relacionadas ao capital e à força de trabalho na produção do espaço decorrentes da implantação e funcionamento do CIPP, buscando apreender as formas de articulação entre Estado, capital e sujeitos sociais na produção do espaço metropolitano - alerta que tais transformações encontram-se intimamente vinculadas às mudanças que acontecem no Brasil, nas últimas décadas, nos limites da reestruturação produtiva, ensejando importantes transformações nos setores produtivos, em especial, na indústria, com novas relações e interações envolvendo capital e trabalho.

Ainda segundo Teles (2015), no estado do Ceará

a atividade industrial foi eleita, pelos sucessivos governos estaduais, como a mola mestra para inserir o Estado no projeto de modernidade relacionado às dinâmicas globais do capital. Assim, a Região Metropolitana de Fortaleza

- RMF torna-se o locus privilegiado para investimentos, haja vista a centralidade exercida pela capital ao longo do processo de formação socioespacial cearense, com a concentração de riquezas, população, atividades econômicas e decisões políticas (Teles, 2015, p. 23).

É nesse contexto de valorização da atividade industrial como aposta para o desenvolvimento do Estado que se consubstancia na porção Oeste da Região Metropolitana de Fortaleza, nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, um projeto que se assenta na função portuária conjugada à atividade industrial, tendo por base a siderurgia e o refino de petróleo. Assim, o CIPP representa, no campo mais recente da industrialização do Ceará, um projeto que se explica através da integração entre porto e indústrias, além da produção de energia com a implantação e funcionamento de termelétricas a carvão. Dessa forma, Teles (2015), explica que,

a implantação do CIPP no Ceará sucedeu em um contexto de políticas voltadas para seu desenvolvimento industrial. Destaca Pereira Junior (2012) que, desde sua idealização até sua implantação progressiva, as questões políticas se mantiveram, muitas vezes, no comando das intervenções, sobrepondo-se às questões econômicas e sociais. Nesse arrimo, percebe-se a importância fundamental do Estado, em especial das forças políticas cearenses, com vistas a favorecer o território com as condições necessárias à atração de investimentos industriais: tudo isso no contexto da reestruturação espacial, favorecida por mudanças econômicas que sucederam no plano nacional, e mesmo mundial, com a regulamentação do capital produtivo e financeiro (PEREIRA JUNIOR, 2012). O Ceará passa a se evidenciar no quadro nacional, com a implantação de indústrias oriundas da atração de capitais produtivos e financiamentos de naturezas diversas, focados, sobretudo, nas atividades econômicas a elas relacionadas (Teles, 2015, p.25).

Assim, à medida em que a intensificação dessas atividades industriais proporciona a mobilidade de pessoas ocupadas, até então, em atividades agrícolas ou ainda em pequenos comércios de sua comunidade, o tecido local das regiões afetadas pelo CIPP se modifica. Dessa forma, com a chegada de tais empreendimentos industriais ao Complexo, parte da população local começa a trabalhar em atividades ligadas à construção civil e à produção industrial, o que, somado ao fluxo de trabalhadores vindos de fora, causa um processo de transformação na realidade das comunidades (Teles, 2015).

Ainda segundo a autora, muitos trabalhadores residentes nas comunidades afetadas pelo CIPP afirmaram que o uso de drogas e a prostituição

feminina passaram a ser práticas vistas de forma mais intensa. Sua pesquisa demonstra que tais trabalhadores declararam presenciar essas práticas ocorrendo “à luz do dia” e “no meio da rua”, e ainda lamentavam que meninas tão jovens se submetessem à prostituição. A autora relata que,

no decorrer da pesquisa, o consumo de drogas e a prostituição de jovens, atraídas pela elevada população masculina no Distrito, foram os problemas mais citados por trabalhadores e moradores residentes, que também tivemos a oportunidade de entrevistar naquele momento (Teles, 2015).

O incômodo relatado por Teles também se verifica nas falas dos moradores de Baixa das Carnaúbas. As mulheres da Pracaju mencionam ainda o aumento de assaltos e mendicância na região e nas proximidades.

Ainda está tranquila, mas a gente já percebe, com a chegada... por que tá havendo um grande crescimento populacional... eu percebo assim, não é quem está morando, é através da comunidade, então, muitas pessoas daqui que já teriam uma certa influencia com relação a fazer o que não deve, então se juntou com outras pessoas de outros lugares como Fortaleza, e trazendo pessoas de lá e se juntam e fazem desordem aqui. Nós já não temos tanta segurança quanto tinha antes, a gente ainda dorme hoje na varanda, mas nem toda casa... (Joselina, 48 anos, Maio/2016)

Se nas minhas primeiras idas a campo, o nome da CSP, principal empreendimento do CIPP, através das falas das lideranças, era sempre vinculado a benesses, uma vez que, como já dito no primeiro capítulo, foi através de um programa da empresa que o projeto Pracaju recebeu seu primeiro financiamento, com o tempo foi se tornando claro que, de uma forma geral, há uma certa concordância de que o investimento da CSP no projeto é uma maneira de compensação pelos impactos negativos que sua chegada traz para a comunidade. Após alguns meses indo à Baixa das Carnaúbas, uma das pessoas entrevistadas, que opto aqui por não expor o nome, desabafa que

isso que eles fazem não é por que são bonzinhos não, é compensação, é obrigação deles por lei! Tá me vindo um estalo de que isso é tipo um cala a boca pra gente não questionar muito. Em São Gonçalo tinha uma menina de um projeto que questionava muito e eles ficaram tipo isolado, ninguém mais fazia projeto com eles [...] eles vêm desmatando tudo lá por dentro! A gente, que é da comunidade, que é nosso patrimônio, não pode, mas eles vêm fazendo... (Junho/2016).

Após relatar muitas das transformações advindas da chegada de pessoas de fora na comunidade, como aumento de assaltos, prostituição, mendicância e venda de drogas, Lily, que é filha de pescador, relata sentir tristeza ao ver que a pesca no Pecém, localidade vizinha à sua, foi sendo deixada de lado com a chegada

das empresas do CIPP. Porém, segundo ela em função da crise, percebe-se que muitos estão voltando para a atividade, e que, com isso, estão novamente comendo peixe fresco no Pecém, cujos moradores já haviam se habituado a comprar o pescado de fora. Ela faz um paralelo com a agricultura na comunidade Baixa das Carnaúbas.

Nessa região é mais agricultura, né, e aí aqui as pessoas saíram da agricultura pra justamente ir para essas empresas, e aí a agricultura aqui tá morrendo... Agora, pensando, o projeto Pracaju ser criado é justamente para resgatar essa prática das pessoas, sabe? Eu creio que aqui vai ser um projeto, uma caminhada longa e devagarzinho, mas eu creio que, assim como os pescadores do Pecém tiveram esse... aqui também pode ter, sabe? Por que a maioria tem terra, tem terra pra plantar nos quintais, os quintais não é só aqueles que a gente vê, são grandes, são terrenos mesmo, de herança de família, né? E fazer um investimento pra voltar a trabalhar com isso eu acredito que vale, eu acredito mesmo, por que aqui, há alguns anos atrás era o lugar, a comunidade, a região que mais se produzia hortaliças, aí depois que veio esses empreendimentos, filhos dos horticultores, eles já não quiseram mais trabalhar nas hortas, eles preferem trabalhar nas empresas... os remanescentes ainda é o projeto Corrupião, que ainda tem a prática e que eles ainda abastecem a maioria do mercado daqui [...] lá eles ainda plantam, ainda plantam alface, coentro, a cebola e outras coisas mais também. (Lily, 35 anos, Maio/2016).

Eu acredito que seja uma forma de compensação né? Por que realmente houve um grande impacto na comunidade! E se essa oportunidade chegou nas nossas mãos a gente tem que aproveitar e usufruir disso por que o impacto foi grande, né? E agora com isso a gente tem que reverter, e mais, de uma certa forma, fortalecemos elos, laços com outras comunidades. A cada dia a gente vem se fortalecendo e a gente percebe assim que a Pracaju desenvolveu um potencial gigantesco com relação ao capital social. Então, a Pracaju ela não tá limitada simplesmente em quinze famílias que trabalham aqui dentro. Ela atende um grupo de produtores onde são vinte produtores de caju, hoje a Pracaju ela se expandiu, ela está em outras comunidades como São Bento, São Pedro, Formigueiro, por que aqui nos produzimos o caju e fora da época a gente tem que trabalhar um outro produto, pra não ficar o grupo parado, não acabar o serviço delas durante o ano, a gente tem que aproveitar os frutos da região e o momento é muito propício pra cajá, então se aqui a gente não tem muito, mas tem outras comunidades que tem... Então eu fico feliz de ver que nós estamos alcançando outras comunidades, outras pessoas, fico feliz por que você olha pra eles assim 'nós não temos o que comer, nós temos fome' e de repente a Pracaju chega com oportunidade de geração de renda pra eles, onde a gente compra a cajá, certo? Quando eu vi as mãezinhas correndo, pro mato, saindo com as cajás, outras carregando caixas nas bicicletas e, assim, garantir que aquele dia ali tinha alimentação por que a Pracaju chegou para comprar as cajás. São treze famílias hoje contempladas pela compra da cajá, contempladas pela a Pracaju, aí você veja a dimensão que é, onde ela pode chegar, onde ela tá atingindo. A Pracaju ela tá saciando fome de outras pessoas, de outras comunidades aqui vizinhas. A gente foi impactado, mas a Pracaju ela veio também, eu acredito assim, pra impactar, dar sustentabilidade também praquelas famílias que ficaram sem uma oportunidade, sem nenhuma esperança de melhoria nem de renda nesse período (Joselina, 48 anos, maio/2016).

O relato de Joselina corrobora com a ideia de que o financiamento do projeto Pracaju por parte da CSP, através do Programa Ideia da Gente, se dá em busca de compensação pelos impactos que sua implantação trouxe para as comunidades nos seus arredores. As falas acima demonstram, ainda, a preocupação dessas mulheres com a comunidade como um todo. Reconhecendo os impactos que a instalação das indústrias do CIPP ocasionou no local – no que diz respeito à desvalorização da agricultura como meio de subsistência ou ao desemprego daqueles que não tiveram oportunidades de trabalho nas empresas por falta de qualificação, ficando muitas vezes sem renda – elas buscam também, através do projeto Pracaju, expandir os benefícios para além daquelas mulheres que lá trabalham. Assim, a Pracaju insere-se em um contexto mundial onde a economia solidária emerge como alternativa para as populações que ficam à margem de um crescimento econômico que se processa segundo as lógicas do capitalismo.

A preocupação com o desenvolvimento local que se pode inferir a partir das falas acima e a aposta da Pracaju em ajudar pessoas da comunidade através da compra dos frutos dos seus quintais, que se somam aos colhidos pelas catadoras associadas, nos remetem à relação entre desenvolvimento local, economia solidária e meio ambiente. O projeto, portanto, se apresenta como um meio de recuperar o costume da agricultura, devolvendo para a comunidade a possibilidade de crescer a partir das riquezas locais, como a cultura de hortaliças.

Compreendendo desenvolvimento local como um “processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais” (Jesus, 2003), tal perspectiva busca envolver os moradores de uma determinada comunidade no intuito de transformar as realidades dos sujeitos que ali vivem. Assim, “o desenvolvimento local é, antes de tudo, um processo orgânico, um fenômeno humano”, que se inicia na comunidade com uma mudança de postura, na qual as ações coletivas e a cooperação refletem em seu desenvolvimento, abrangendo também outras comunidades. Tal abordagem diverge da lógica puramente capitalista de desenvolvimento, ao apoiar-se em uma lógica fundamentada, onde a preocupação com sustentabilidade e com a inclusão da cidadania na comunidade se faz presente (JESUS, 2000 apud SILVA E BARBOSA, 2014).

O desenvolvimento local prioriza os atores sociais como protagonistas de suas ações e apresenta-se, assim, como alternativa ao desenvolvimento atual, uma vez que é direcionado para o engajamento das relações sociais na própria comunidade, levando em conta seus valores, história e cultura, bem como seu potencial econômico e suas necessidades sociais, proporcionando, então, a superação de um individualismo (SILVA E BARBOSA, 2014). Assim, de acordo com Muls (2008) apud Silva e Soares (2014) é necessário pensar o território “como um ator, como um sujeito” que se compõe por meio da ação coletiva e da construção de instituições locais, questionando as teorias tradicionais do desenvolvimento.

Esse tipo de desenvolvimento alternativo configura-se, então, como um “processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local”. (RODRIGUES, 2009, p. 147). Da Silva e da Silva (2008) destacam que o “local” não se resume apenas à conotação física, mas representa, na verdade, um conjunto de relações econômicas, sociais e culturais. Martins (2002), por sua vez, explicita que o “local” remete à vida cotidiana, às identidades, ao lugar, ao espaço de convivência humana. Assim, para obter o desenvolvimento local é necessário ir além das carências materiais e buscar a identificação e a promoção das qualidades, capacidades e competências existentes na comunidade e no lugar (SILVA E BARBOSA, 2014).

Para Queiroz (2005), desenvolvimento local aparece como possibilidade de resolução dos problemas imediatos – com a criação de riqueza ao nível de recursos endógenos, a melhoria da qualidade de vida das populações de um dado território, a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas etc – ao mesmo tempo que alarga as fronteiras do possível e aponta para formas de estar e viver em sociedade, apoiando-se em valores como solidariedade e autonomia de escolha de formas de produzir riqueza em cooperação, “ao invés de desperdício, competição desenfreada e lucro a qualquer preço” (p. 8).

Assim, ainda segundo a autora, “o desenvolvimento local é acima de tudo uma prática política” (2005, p.8), visto que,

ao mobilizar as forças ativas da sociedade local, potencializando o capital social dos diferentes atores sociais que interagem na produção da vida e nas relações sociais entre os membros de uma determinada comunidade, o localismo, assim conformado, teria plenas condições de impulsionar um processo de desenvolvimento baseado na descentralização e na

cooperação solidária, cujos resultados seriam: maior democratização social, participação popular, justiça social, vitalidade econômica e, por fim, redundar em desenvolvimento regional. (YANEZ, 1998 apud QUEIROZ, 2005).

Para Paulino (2012), a economia solidária é um projeto político onde a concepção deve sinalizar para além da amenização dos impactos advindos da situação de pobreza. É, assim, um “projeto a ser construído na radicalidade democrática, no sentido de impulsionar o desenvolvimento local a partir da distribuição de renda” (p. 212).

Como compreendida por Oliveira e Verardo, a economia solidária se apresenta enquanto

perspectiva de desenvolvimento econômico e social baseado em novos valores culturais e em novas práticas de trabalho e de relação social. O desenvolvimento não se restringe ao crescimento econômico e deve abranger as relações entre as pessoas, a organização do trabalho, resgatar a dimensão humana na produção, na comercialização e no consumo. Deve rever as transformações sofridas no mundo do trabalho recuperando a relação entre trabalho e tempo livre e a questão sócio-ambiental. Estamos falando de desenvolvimento que envolve o social, o cultural, o político e o afetivo a partir do local, do espaço territorial e também no sentido mais geral, estamos falando de desenvolvimento sustentável (2007, p. 08).

Segundo Paulino (2012), as abordagens analíticas que se propõem a explicar a economia solidária demonstram que os empreendimentos associativos nascidos “no seio da crise do mundo do trabalho representam soluções para os que foram excluídos ou marginalizados na esfera produtiva no mercado formal”, mas podem, ao mesmo tempo apontar para “a possibilidade de surgimento de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico” (p.159).

Ainda segundo o autor,

a percepção do crescimento de práticas produtivas orientadas pelo princípio da solidariedade conduz à crença de que estão em cena não apenas soluções paliativas para o problema do desemprego. Enfatiza-se, por tanto, a possibilidade de que as experiências de economia popular e solidária sejam protagonistas do desenvolvimento local, como formas concretas de resistência e oposição à dinâmica capitalista (Paulino, 2012, p. 160).

Assim, as perspectivas de desenvolvimento local e economia solidária podem ser aproximadas, visto que ambas se propõem a um desenvolvimento fundamentado em valores como autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade, na busca de um desenvolvimento social que respeite as potencialidades e especificidades de cada local. Tendo como pedra angular o

protagonismo dos moradores de uma comunidade enquanto coautores de um processo em desenvolvimento, a economia solidária e o desenvolvimento local podem ser relacionados, uma vez que ambos buscam a conciliação de aspectos sociais, culturais, econômicos, ambientais e políticos de cada nação. (SILVA E BARBOSA, 2014).

Desta forma, Silva e Barbosa (2014) destacam que, sendo a economia solidária uma experiência que assume valores diferenciados da prática econômica capitalista, como autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, ela vincula-se à proposta de um projeto de desenvolvimento local, sustentável, global e coletivo.

A economia solidária, ao inserir-se nos processos de desenvolvimento local, fortalece o conjunto de ações que abrem espaço para alternativas locais de criação de emprego e renda e, por conseguinte, de mecanismos que possibilitem melhorias nas condições de vida das populações.

Assim sendo, torna-se necessário fortalecer a Economia Solidária como estratégia de inclusão econômica e social, sendo que esta oferece um caminho com potencial para o desenvolvimento local sustentável e solidário. No entanto, requer-se a democratização do acesso e a ampliação de programas e projectos que contribuam para a criação e fortalecimento das redes, das cadeias, das centrais de comercialização e do sistema de comércio justo, de forma a promover a sustentabilidade aos diversos empreendimentos solidários. Nesta concepção, “a indução do desenvolvimento local ou territorial requer a combinação de políticas adequadas com as necessidades e potencialidades locais” (Gomes et al., 2007 apud da Silva e da Silva, 2008).

O diálogo entre as duas perspectivas expostas até aqui também se verifica na relação entre a Pracaçu e a comunidade, bem como comunidades vizinhas. É interessante, então, destacar como a experiência da Pracaçu desponta enquanto possível alternativa de desenvolvimento local para uma comunidade que sofre tanto os efeitos da lógica capitalista, através, por exemplo, da implantação de um empreendimento como o CIPP, que se faz à revelia do bem estar comunitário e da preservação do meio ambiente. O aumento populacional ocasionado pela procura de emprego nessas empresas, o desemprego das pessoas que vão e não conseguem, além das que são demitidas, o desinteresse pelo trabalho com a terra por parte daqueles que passam a compreender o trabalho nas empresas como oportunidades de melhora na qualidade de vida, provocando assim uma mudança

nos costumes, e ainda, o desmatamento que tais empresas vêm fazendo nas áreas que circundam a comunidade são algumas das transformações que as mulheres da Pracaju relatam assistir a comunidade sofrendo nos últimos anos.

De acordo com Kraychete (2000), o aumento do desemprego nas últimas décadas faz com que “a reprodução da vida de parcelas crescentes da população” torne-se cada vez mais dependente de atividades alternativas, inclusive familiares ou associativas, sustentando uma economia dos setores populares, que possui uma racionalidade baseada na “geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida [...]” (SILVA E BARBOSA, 2014, P.3).

Eu tenho que pagar 18 caixas de cajá agora pra o seu Paulo, um senhor, um produtor. Dezoito caixas de cajá! Tem noção de quanto, dezoito vezes vinte e cinco dá quanto? Pra quem não tem renda? Como é bom! Como tá sendo bom pra eles! Ele espera pro dia que a gente pode pagar, como a gente percebe que tem aqueles que tão com fome mesmo, que tem aqueles que não têm o dinheiro ou o feijão daquele dia, a gente faz um esforço, paga, a gente faz um esforço entre o grupo e paga eles (Joselina, 48 anos, maio/2016).

O projeto da Pracaju acaba, assim, por protagonizar um papel onde as relações estabelecidas através dela representam benefícios diretos e indiretos, amenizando, de certa forma, algumas das mazelas relatadas no contexto em análise. Se, para as mulheres que lá trabalham, o projeto é uma oportunidade de estabelecer novos espaços e novos laços, além da chance geração de renda para elas, ao ocupar tais espaços, elas também dão oportunidades de geração de renda para outras pessoas da comunidade e comunidade vizinhas.

Assim, quando elas relatam o quanto é bom sair andando nas ruas das comunidades vendendo seus produtos de porta em porta, é interessante notar que, muitas vezes, elas os vendem em comunidades onde também compraram frutos, gerando renda e oportunidades, demonstrando, assim, que os benefícios trazidos pela Pracaju, como havia nos relatado Joselina, ultrapassa o número de mulheres que lá trabalham e estendem seu braço à demais pessoas da comunidade. Além da geração de renda direta através da compra, o projeto proporciona ainda um estímulo para que as pessoas voltem a trabalhar com a terra, reconhecendo as potencialidades do ambiente em que vivem e assim fortalecendo a comunidade.

Em relação a matéria prima a gente realmente têm tudo pra ser auto sustentável, não depender tanto... mas aí que essas pessoas que a gente

plantou uma sementinha, né, lá como no projeto Corrupião, sabe, que eles possam a vir a continuar, eles não podavam mais o pomar deles, a gente teve que fazer esse investimento, sabe, pra eles, mas ai eles viram que o negocio era bom, sabe, as castanhas deles eram boa, nos anos anteriores nem as castanhas eles colhiam mais por que a praga tinha tomado conta, né, e aí agora eles mesmo falaram que esse ano a gente já não precisa entrar com dinheiro pra podar o pomar deles, que eles já tomaram a iniciativa... então, isso já é algo, pra gente, bom, sabe, por que eles já tiveram essa iniciativa (Lily, 35 anos, maio/2016).

Lily explica, assim, que mesmo que busquem a auto sustentabilidade através de parcerias com outras instituições como o IMA, junto ao qual conseguiram um terreno em comodato para a plantação de mudas de caju, o fato de já virem comprando frutos da comunidade e comunidades vizinhas não só ajuda os moradores através de geração de renda, mas também “planta uma sementinha”, fazendo com que os próprios moradores recomecem a valorizar o sustento através da terra. Corrupião é uma comunidade vizinha que foi beneficiada há anos atrás com o projeto mandalla e por isso também é conhecida como “projeto Currupião”. Tal comunidade insere-se na dinâmica da Pracaju por ser uma das principais fontes de retiradas de frutos. Joselina explica que em função da grande quantidade de cajueiros no local, foi o projeto Currupião e outras comunidades do entorno quem mantiveram a Pracaju durante boa parte do ano de 2015, uma vez que as comunidades que haviam fornecido em 2014, como Santa Helena e Lagoa do Banana, não tiveram frutos em 2015.

O projeto currupião é parceiro do nosso projeto por que eles têm uma boa quantidade de cajueiros, né? E esse ano faltou caju, foi o projeto currupião quem manteve a Pracaju o restante do ano, pelo menos os seis primeiros meses foi o projeto Currupião e outras propriedades do entorno do projeto currupião. Por que os produtores que tiramos em 2014, esse ano não deu lá, foi Santa Helena, Lagoa do Banana, Lagoa do Barro... então essas comunidades a gente contemplou com a retirada do caju, só que esse ano não deu lá, deu aqui, a gente veio ter caju na comunidade Currupião. E hoje já estamos plantando num terreno que a gente tem parceria com outra entidade, outra associação que é o IMA, Instituto Menino da Aldeia, fez um regime de acomodato com a nossa entidade, com a Pracaju, um regime de acomodato por 10 a 15 anos e conseguimos os cajueiro através do apoio da EMATERCE e com o programa hora de plantar, a Brazil Foundation entrou com o processo da supressão da vegetação e em regime de mutirão plantamos, estamos adubando, cultivando... sem contar que essa entidade aí, o IMA, é um dos parceiros que no próximo ano vai nos tornar alto sustentável, certo? Além da gente comprar ao redor, mas nós temos lá 200 mudas que vamos retirar o fruto (Joselina, 48 anos, maio/2016).

Nós não temos terra, mas ai tem outro instituto aqui dentro da nossa localidade que é o Instituto Menino da Aldeia, só o que eles tem terra, aí entramos numa parceria de uma doação de 1 hectare de terra em comodato por 15 anos pra gente produzir, aí fomos lá, arregaçamos a manga, conseguimos um monte de financiamento de outra instituição e já

conseguimos plantar nossas mudas, fazer nosso próprio pomar e tá lá (Lily, 35 anos, maio/2016)

É interessante observar assim como através de um projeto nos moldes da economia solidária a importância de aliança com outras instituições locais aparece como forma de fortalecimento de uma comunidade que sofre com o descaso do poder público. É através da parceria com o IMA que o projeto da Pracaçu visa a auto sustentabilidade sem, no entanto, deixar de levar em consideração a importância de continuar comprando de outros produtores da comunidade e comunidades vizinhas por reconhecerem a necessidade das pessoas do seu entorno.

Tal abandono por parte do poder público com a comunidade de Baixa das Carnaúbas se verifica também nas falas de parte da população que relata não possuir água encanada em casa, mas assiste ao uso desenfreado desse mesmo bem natural por parte das termelétricas do CIPP. Como afirma Teles (2015), o Governo do Estado, no intuito de dotar o território de condições para a implantação de grandes empresas no CIPP, privilegia ações como a de construção de uma adutora exclusiva para o fornecimento de água ao Complexo, “em detrimento de ações que contemplassem a população local” (p. 207). Em Matões, distante 2 km do referido reservatório, a líder comunitária relata ser comum a falta de água. Cabe, assim, ressaltar que o Estado do Ceará, que sofre historicamente com o problema ambiental da seca, soluciona rapidamente a canalização de águas para o setor industrial, sendo, ainda, um modelo de indústria que demanda elevado volume de água contínua para seu funcionamento (Teles, 2015). Parte das mulheres da Pracaçu, tem assim, mobilizado-se junto a fóruns sobre a temática ambiental no intuito de lutar pela questão da água na comunidade. Joselina relata, ainda, que o descaso das instâncias públicas para com a comunidade vai muito além da questão hídrica e se queixa sobre a quantidade de os projetos que não se concretizaram por terem sido descartados.

A gente tinha uma ideia, mas aí nos já estávamos tão desacreditados com projetos a ser feito na comunidade, onde políticos botavam nas gavetas e nunca tínhamos a oportunidade de viver assim um projeto na nossa comunidade. Nunca veio um projeto assim para Baixa das Carnaúbas, exclusivamente para Baixa das Carnaúbas, sempre era de outras entidades, como o Projeto São José e São Vicente [...] Tava totalmente desacreditada, por já sofrer já na comunidade por muito tempo, muitos projetos feitos e a gente ficar naquela expectativa, naquele anseio de que vai dar certo, aí vem o momento político e então desviam, descartam. Isso caiu em descredito, a gente caiu em descredito aqui dentro da comunidade, por que , assim, tanta luta tantos projetos que a gente já tinha já elaborado e não tinha saído do papel. E isso, quando você não tem uma conquista disso, o publico ele vai

se desgastando, a comunidade ela vai se desgastando, desacreditando nas suas ideias, nos seus pensamentos, né? Quando eu lancei a ideia no Programa Ideia da Gente, fui também desacreditada que seria mais uma vez, que iriam nos tapear, que iriamos fazer, trabalhar, ser capacitados e tudo mais, mas eu não acreditava que iriamos ser contemplados, que iria dar certo aquela ideia. Eu imaginava que ia ser mais um dos projetos que iria ser enviados e ia ficar simplesmente na gaveta de alguém (Joselina, 48 anos, maio/2016)

O desabafo de Joselina revela o cansaço de quem já vem lutado para trazer projetos que beneficiem a comunidade há algum tempo. Não parece ser a toa que ao financiar o projeto da Pracaju a CSP tenha, de certa forma, “caídos nas graças” dessa liderança, que no entanto, reconhece, como já dito, que o financiamento vem como uma forma compensatória pelos custos socioambientais que essa e outras empresas do CIPP provocam no local.

Além das alianças com outras instituições, das compras de frutos na comunidade e arredores, outra forma que a Pracaju estabelece laços é através de empréstimos feitos por pessoas da própria comunidade.

- Já vi que pessoas da comunidade também emprestam às vezes...

Empresta, empresta. No caso, tem pessoas que, por exemplo fiscais da Associação, que tem uma condiçõzinha financeira melhor, eles cedem, emprestam um dinheiro, mil, dois mil e a gente paga, por que quando recebe a gente devolve pra eles também, por que a fome ela não espera, filha (Joselina, 48 anos, maio/2016).

Os empréstimos demonstram que há nessa comunidade uma relação de confiança recíproca com as mulheres da Pracaju. Elas, que muitas vezes recebem seus pagamentos atrasados em função de demoras no repasse do PAA, contam, às vezes, com a ajuda em forma de empréstimos por parte daqueles que naquele momento podem ajudar. Essas pessoas são normalmente outros membros da Associação de Baixa das Carnaúbas ao qual o projeto é vinculado. É interessante notar que tais empréstimos não são feitos visando o lucro, já que não é calculado juros em cima dele, mas se justifica pelo reconhecimento da necessidade e da confiança de que o retorno será dado.

Há ainda uma outra forma que se pode observar de como a comunidade abraça o projeto Pracaju. É no que diz respeito à comercialização dos seus produtos que ainda não contam com rótulo de informações nutricionais obrigatórias uma vez que o projeto ainda não foi formalizado, reconhecido institucionalmente, como uma cooperativa. Para as maiores empresas a venda dos produtos da Pracaju é proibida

uma vez que o projeto ainda não possui o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), no entanto, baseado em uma relação de confiança com o método de trabalho das mulheres do Projeto, alguns comércios menores da comunidade comercializam alguns de seus produtos, elevando também assim o sua variedade de opções de venda. Um dos produtos que os pequenos comércios da comunidade passaram a vender a partir da Pracaju foi a polpa da ubaia.

A ubaia é uma fruta nativa que a gente tá até assim preservando e a gente tá buscando por que é um suco muito gostoso e que foi pro mercado pela primeira vez dentro do banco de alimentos, e as pessoas já tão 'que suco é esse? Que fruta é essa', é uma planta nativa da região que ninguém tava valorizando, que agora ninguém pode mais deixar se perder a ubaia. Se pudesse fazer um plantio somente da ubaia nós iríamos fazer (Joselina, 48 anos, maio/2016).

Somado a preocupação com o resgate da agricultura, antes exposto, o relato sobre a ubaia reforça aqui o papel da Pracaju enquanto experiência que busca também valorizar os potenciais da região, preocupando-se, assim com a preservação de suas riquezas naturais e gerando através delas oportunidades de renda para as mulheres da Pracaju, bem como para demais pessoas da comunidade e comunidades vizinhas, seja através da compra dos agricultores ou da venda nos comércios locais.

Para Paulino,

A economia solidária não acontece por decreto nem por intenções apenas declaradas. Nem se materializa somente por ter um nome, por ter sido "batizada". Trata-se de um processo histórico de construção simbólica, pedagógica, que alcança substancia onde existe terreno fértil para seu desenvolvimento. Onde a comunidade local tem um histórico de lutas sociais consolidado. Onde o sentimento de pertença é capaz de reforçar laços de confiança, reciprocidade e cooperação, suscitando também a construção do empoderamento comunitário (2012, p. 372).

Podemos observar, assim, que o projeto Pracaju insere-se em um contexto mundial no qual a economia solidaria aparece como forma de fortalecimento do desenvolvimento local das populações em vulnerabilidade. Através dessa experiência, as mulheres estabelecem laços que vão além daqueles fortalecidos cotidianamente na rotina do trabalho. Elas os expandem à comunidade e comunidades vizinhas, seja através da venda em pequenos comércios locais, da venda feita de porta em porta, dos empréstimos com colegas da Associação, da compra de frutos de pequenos produtores com preocupação e sentimento de responsabilidade voltados para o reconhecimento da necessidade do outro. Assim,

pode-se afirmar que, se é bom para elas irem até as comunidades, é bom para as comunidades que a Pracaju vá até lá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto até o momento, a pesquisa que teve como fruto o presente texto, visou compreender a experiência da associação entre mulheres em Baixa das Carnaúbas, uma comunidade rural na porção oeste da Região Metropolitana de Fortaleza. Vislumbrando a partir da observação de campo e de aportes teóricos por esse campo suscitados foi possível debater os temas relacionados à questão de gênero e à economia solidária verificando, assim, gama de transformações para que a vivência desse processo aponta tanto para quem dele participa diretamente como para a comunidade onde se encontra.

Através do olhar antropológico analisei como as mulheres em associação vivem o processo de colaboração entre elas e de que forma a solidariedade desponta como amálgama daquele grupo, afirmando, assim, a possibilidade de uma construção de mundo alternativa, onde a concorrência e a busca desenfreada pelo lucro observadas na realidade capitalista dá lugar a reciprocidade e generosidade presentes na experiência da economia solidária, promovendo também a busca de uma convivência mais harmoniosa com o meio ambiente.

Partindo da compreensão de que a pobreza atinge de modo específico às mulheres, e de forma mais particular aquelas que vivem no meio rural, investiguei como a necessidade de geração de renda leva esse grupo a buscar novas formas de associação e abre espaço, assim, para a transformação de suas vidas em âmbitos que ultrapassam o econômico.

Se o que parece ter as movido de início a entrar no projeto foi a procura por possibilidade de trabalho e geração ou aumento de renda, visto que algumas delas já tinha alguma outra forma, mínima que fosse, de obter recursos financeiros, foi possível observar que o que as mantém lá envolvem valores outros.

Assim, no primeiro capítulo, optei por apresentar quem são essas mulheres e como trabalham. As compreendi dentro de uma realidade em que as mulheres formam o grupo mais comumente afetado pela exclusão social, pela exclusão cultural e pela autoexclusão que se demonstra também naquela comunidade. Tal exclusão pôde-se verificar através do reconhecimento delas mesmas enquanto grupo afetado pela vulnerabilidade bem como pelas suas

narrativas sobre como viviam antes de entrar no projeto, quando seus espaços e suas responsabilidades restringiam-se, em alguns casos, somente ao domínio doméstico. Em outros casos tal processo se demonstrava pela falta de oportunidade de empregos tanto para quem havia buscado qualificação quando para quem sequer havia tido essa chance.

Ainda nesse capítulo, descrevi os ambientes e as formas em que trabalham expondo os cenários e os contextos em que nossas conversas se deram. Foi a partir do que surgiu em suas falas que pude compreender a realidade local e experiência do associativismo que vem se desenvolvendo entre elas bem como limites do projeto. Assim, ao apresentar essas mulheres e contar suas histórias falei também, além da já citada questão da vulnerabilidade e exclusão, sobre valores como a solidariedade, a generosidade e a afetividade que surge entre elas, sobre seus conhecimentos sobre a flora local e, assim, da relação das mulheres com o meio ambiente e expus ainda a prática do mutirão para plantação de caju no pomar, como ilustração de indícios da teoria da dádiva, que foi melhor explorada, no entanto, no segundo capítulo.

Assim, no capítulo seguinte, comecei retomando a explicação do contexto do surgimento da Pracaju, traçando um paralelo com outra associação de mulheres a qual também tive acesso. Utilizei-me desse recurso para chegar a análise da proposta do associativismo sob a luz da economia solidária como via possível para o fortalecimento de mulheres, demonstrando que a especificidade da pobreza feminina e a estratégia do associativismo na busca da suavização de tal empobrecimento que se verifica em grande parte do mundo pode ser observado também em comunidades do interior do Ceará. Parti então para contextualização da economia solidária sob a ótica de autores como Singer, Guérin, Laville e França Filho, que apoiam-se na ideia de solidariedade como alternativa de amenização dos processos de exclusão social. Após breve explanação sobre o surgimento e desenvolvimento de tal fenômeno demonstrei como o projeto Pracaju encaixa-se naquilo que é considerado uma organização solidária.

Parti, então, ainda no segundo capítulo, para a compreensão da teoria da dádiva, enquanto categoria que se constrói a partir da reciprocidade, como perspectiva teórica que permite a apreensão de existência de outras formas de

relação social que não aquelas baseadas em fatores mercadológicos. A ação coletiva que se estabelece de forma não coercitiva entre estranhos, no âmbito da economia solidária, dá-se através de uma reciprocidade voluntária que apoiada na solidariedade, na confiança e na alteridade, lança vias para a autonomia individual sem, no entanto, romper o vínculo com o coletivo. A compreensão da dívida desponta, assim, como referência analítica de relações sociais, através da qual pode-se conhecer as especificidades da ação coletiva pautando-se em explicações que fogem de um utilitarismo reducionista ou objetivista.

Demonstrando como a categoria da reciprocidade se faz presente na experiência do projeto Pracaju, apontei como as mulheres saem fortalecidas no fenômeno da economia solidária. A partir da integração entre elas, as mulheres da Pracaju não usufruem apenas de uma possibilidade de emancipação vinculada ao fator econômico, mas passam a viver também um processo de autonomia que lhes permitem ocupar espaços e ter vozes na comunidade, possibilitando também uma experiência pedagógica no sentido de oferecer um aprendizado que as faz crer em si mesmas como agentes transformadores de suas próprias vidas.

Se a vivência do associativismo entre elas é capaz de provocar mudanças para esse grupo, o campo feito em Baixa nas Carnaúbas, mostrou que tais transformações também apareceram como possibilidade de desenvolvimento para aquela comunidade. Assim, no terceiro capítulo, propus-me a compreender a relação daquele projeto com o local em que ele existe. Mesmo não sendo meu objetivo nesta pesquisa analisar os impactos do CIPP naquela região, as falas das minhas informantes em Baixa das Carnaúbas tornaram difícil fugir do tema. Assim, optei por contextualizar brevemente o surgimento do Complexo, já vez que sua implantação ali traz a tona questões como o impacto de empreendimentos nas formas capitalistas em detrimento dos custos socioambientais do local. Assim, o fenômeno da economia solidária pôde ser interpretado novamente como alternativa às condições de pobreza, dessa vez não somente para um grupo de mulheres, mas a partir delas para a comunidade.

Tracei, no capítulo em questão, um paralelo entre desenvolvimento local e economia solidária demonstrando que ambas as perspectivas trazem em seu bojo o privilégio de valores como autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e

solidariedade, visando de um desenvolvimento social que valorize as potencialidades e especificidades de cada local, promovendo uma convivência harmoniosa com o meio ambiente. Mostrei que a Pracaju, através da compra de frutos de pequenos produtores, gerando renda e, por conseguinte, fortalecendo a produção naquela comunidade, desponta ali como alternativa para uma população que sofreu e sofre transformações advindas da implantação do CIPP bem como do descaso do poder público.

Observei, finalmente, que a economia solidária, vivida naquela comunidade através das mulheres da Pracaju, é capaz de protagonizar um papel transformador que representa reais benefícios tanto para quem participa diretamente como por quem encontra-se ao seu redor, proporcionando assim um movimento de propulsão mudanças na direção do fortalecimento e do bem comum.

Busquei, através da presente análise, acrescentar uma contribuição aos estudos de gênero e economia solidária no contexto do meio rural cearense. Reconheço, no entanto, que tal soma se dá de forma modesta, tendo em conta os limites deste trabalho que passou por percalços em um já curto espaço de tempo que se dispõe para uma dissertação. O estudo, ainda assim, aponta interrogações para futuras investigações que podem se pautar na ampliação do espectro desta pesquisa, como analisar os outros projetos financiados pelo programa Ideia da Gente da CSP, ou partir para a compreensão das relações de gênero e meio ambiente, passando pela participação de mulheres associadas em fóruns de defesa ambiental, bem como o aprofundamento do estudo dos impactos do CIPP nas comunidades dos seus arredores.

REFERÊNCIAS

- ADGER, W. N. Social capital, collective action, and adaptation to climate change. **Economic Geography**. v. 79 n. 4 Pp. 387–404. 2003.
- ABRAMOVAY Miriam; SILVA Rocicleide da. As relações de gênero na confederação nacional de trabalhadores rurais (Contag). In ROCHA, Maria Usabel Baltar (org). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: editora 34, 2000. P. 347 – 367.
- AGIER, Michel. Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- AGULAR, Lorena; CASTAÑEDA, Itzar. Sobre marinos, marinas, mares y mareas: perspectivas de género en zonas marino-costeras. 1 ed. San José: UICN, 2000.
- ANDION, Carolina. A Gestão no Campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios. *Revista de Administração Contemporânea (RAC)*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p 79-101, jan/mar. 2005.
- ANDRIOLI, Antônio Inacio. Cooperativismo: uma resistência à exclusão. **Rev. Espaço Acadêmico**, n. 19, dez. de 2002.
- ANGELIN Rosângela; BERNADI Cecília Margarida. Mulheres na Economia Popular e Solidária: desafios para a emancipação feminina e a igualdade de gênero. **Revista Espaço Acadêmico**, v.6, n.70, São Paulo, mar. 2007.
- ARAUJO *et al.* Gender Equality and Adaptation. Women`s Environment & Development Organization. Disponível em: https://www.gdnonline.org/resources/IUCN_FactsheetAdaptation.pdf. Acesso em 12 abr 2015.
- AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os valores da economia solidaria. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 282-317.
- BAUER, W. Martin, e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som – um manual pratico**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- BEZERRIL, Gustavo. Trabalho no mangue: Os saberes e a busca por valorização das marisqueiras de Fortim – Ceará. *Cadernos do LEME*, Campina Grande, vol. 4, nº 1, p. 5 – 33. Jan./Jun. 2012. Disponível em: www.leme.ufcg.edu.br/cadernosdoleme/index.php/e-leme/article/download/58/40>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- CAILLÉ, A. **Antropologia do dom**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 8ª edição. São Paulo: Editora 34, 1997.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UnESP, 2000.

CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARE. Adaptação, gênero e empoderamento das mulheres. In: Síntese da CARE Internacional sobre Mudanças Climáticas Internacional. Disponível em: www.careclimatechange.org/adaptation. Acesso em 10 abr. 2015

CASTANHEIRA, M. E. M. e PEREIRA, J. R. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Revista Katálysis**. Vol. 11 N. 1 p. 116-122. Jun/2008. ISSN: 1414-4980. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100011>. Acesso em 29 Nov. 2014

CHERFEM, C. O., 2009. MULHERES MARCENEIRAS E AUTOGESTAO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: ASPECTOS TRANSFORMADORES E OBSTACULOS A SEREM TRANSPOSTOS NA INCUBAÇÃO EM ASSENTAMENTO RURAL. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos – Programa de Pós-Graduação em Educação. São Carlos. Brasil

CRATE, S.A; NUTTALL, M. **Anthropology and climate change: from encounters to actions**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press. 2009.

CULTI, Maria Nezilda. **Mulheres na Economia solidária**: Desafios Sociais e Políticos. Disponível em <http://www.fbes.org.br/>. Acesso em: 13 mai. 2015.

DENTON, F. Climate change vulnerability, impact mpacts, and adaptation: Why does gender matter? **Gender and Development** v.10n. 2 Pp. 10–20. 2002.

FADIGAS, Amanda B. de Melo. As marisqueiras e a reserva extrativista: Acaú-Goiana: uma análise de práticas participativas para a conservação do ambiente. 2009. 178f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba.

FERREIRA, A. P. L. *et al.* Riscos e oportunidades das mudanças climáticas: uma análise a partir da perspectiva de gênero. **Rev Agriculturas**, v.6, n.4, dez/2009.

FISKE, S.J., CRATE, S.A., CRUMLEY, C.L., GALVIN, K., LAZARUS, H., LUCERO, L. OLIVERSMITH, A., ORLOVE, B., STRAUSS, S., WILK, R.. Changing the Atmosphere. **Anthropology and Climate Change**. Final report of the AAA Global Climate Change Task Force, 137 pp. Arlington, VA: American Anthropological Association. Dez. 2014.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popula: traçando fronteiras conceituais. Análise e dados, SEI, Salvador, v. 12, n.1, p. 9-19, jun. 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto. A economia popular e solidária no Brasil, in França Filho et al., **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

FRANÇA, G., DZIMIRA, S. Economia Solidária e Dádiva. **Ver O&S**. v.6, n.14 jan/abr 1999.

GAIGER, Luis Inácio. A economia solidária diante das desigualdades. **Revista Dados**, n.3, v.50, 2007.

GEERTZ, Clifford. Obras e vidas: o antropólogo como autor. 3 ed. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HABTEZION, S. Gender and adaptation, **United Nations Development Programme**, 2013. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/undp/library/gender/Gender%20and%20Environment/PB2-AP-Gender-and-Adaptation.pdf>. Acesso em 5 de mai 2015.

HIRATA, Helena. Reorganização da produção e transformações do trabalho: uma nova divisão sexual? In BRUSCHINI, Cristina, UNBHAUM, Sandra G. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: editora 34, 2002, p. 339-355.

JESUS, Pablo. Desenvolvimento Local, in Antonio David Cattani (org.), *A outra economia*. São Paulo: Veraz Editores, p. 72-75. 2003.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, G et al (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LANGDON, Éster J. **A fixação da narrativa**: do mito para a poética de literatura oral. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 1999.

LAVILLE, Jean Louis. *Economía Social y Solidária – Una Vision Europea*. Editora: Altamira, 2004.

_____. Ação pública e economia: um quadro de análise, in França Filho *et al.*, **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

_____, FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Impasses, avanços e desafios da ação pública em economia solidária: uma perspectiva comparada Brasil-França. In: Seminário Franco-Brasileiro sobre economia solidária e as novas configurações do trabalho. UNICAMP/IFCH: Campinas, SP, 2009.

LEITE, M. de P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Rev Brasileira de Ciências Sociais** v.24, n. 69, São Paulo. Fev/2009.

LIMA, Jacob Carlos. Trabalho informal, autogestionário e gênero. **Revista Sociedade e Cultura**, V9, n. 2, 2006

MADEIRA, Vanessa. Caucaia guarda reduto de fauna e flora no CE. In: Diário do Nordeste, 2013. Disponível em: < http://www.quebusca.com.br/news/pt_br/caucaia_guarda_reduto_de_fauna_e_flora_do_ce_diario_do_nordeste/redirect_13041197.html > Acesso em 12 mai. 2016

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. *INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**". In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MALUF, Sônia W. **Antropologia, narrativas e a busca de sentido**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n.12, p.69-82. dez./1999. MELATTI, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MELO Roseli Rodrigues de. **Aprender a Ler e Escrever: sonho e coragem de mulheres**. II Encontro sobre Prática de Leitura, Gênero e Exclusão. Campinas, 2003. p. 1-9.

NELSON, D. R & FINAN, T. J. Praying for drought: Persistent vulnerability and the politics of patronage in Ceará, Northeast Brazil. *American Anthropologist*, 111, p. 302-316. 2009.

NEUMAYER, E. & PLUEMPER, T. **The Gendered Nature of Natural Disasters: The Impact of Catastrophic Events on the Gender Gap in Life Expectancy, 1981-2012**. 2007. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=874965>. Acesso em mai 2015.

OLIVEIRA, J. P de. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. *Rev Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. 2008.

OLIVEIRA, Benetido Anselmo; VERARDO, Luigi. Economia Solidária e desenvolvimento. In: FBES (org). Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária: Caderno de aprofundamento aos debates, 2007. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=406&Itemid=18>. Acesso em mar/2016.

PAULINO, A. G. L. **Economia Solidária como Projeto Cultural e Político: a experiência do Banco Palmas**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

PAULON, G. B. S., 2010. **TECENDO A IGUALDADE: REFLEXOES SOBRE GENERO E TRABALHO NA RDE DE ECONOMIA SOLIDARIO EM DOURADOS-MS (2000-2008)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados. Programa de Pós-Graduação em Historia. Mato Grosso do Sul. Brasil.

QUEIROZ, Patrícia Gouveia. Turismo Rural e Desenvolvimento Local na Agricultura Familiar. In: Congresso da SOBER, 43., 2005, Ribeirão Preto. Atas... Ribeirão Preto, 2005.

RAZETO, Luis Miguel. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). *Educação Comunitária e Economia Popular*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999, p. 34-58.

RICO, María Nieves. Género, medio ambiente y sustentabilidad del desarrollo. Santiago de Chile: Comisión económica para América latina y Caribe. (Serie mujer y desarrollo. Unidad mujer y desarrollo.), 1998. Disponível em

<<http://www.cepal.org/es/publicaciones/5867-genero-medio-ambiente-y-sustentabilidad-del-desarrollo>> Acesso em: 12 jun.2016.

RODRIGUES, Luciene. Itinerário da construção das abordagens de desenvolvimento. In: Argumentos – Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2009.

RONCOLI, C; CRANE, T.; ORLOVE, B. Fielding Climate Change in Cultural Anthropology. In: CRATE, S.A; NUTTALL, M. **Anthropology and climate change: From Encounters to Actions**. Pp. 87-115. Walnut Creek, CA: Left Coast Press. 2009.

RONCOLI, C.; INGRAM, K.; KIRSEHN, P. Reading the Rains: Local Knowledge and Rainfall Forecasting in Burkina Faso. **Society and Natural Resources** Pp. 411-430. 2002.

SILVA, C.; PORTELLA, A. P. Divisão do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. In SILVA, Carmem, PORTELLA, Ana Paula. **Mulher e trabalho na agricultura familiar**. Recife: edições SOS Corpo, 2004. P. 217-144.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **Fiandeiras, tecelãs, Oliveiras... Redesenhando as grotas e Veredas**. Projeto História, São Paulo: 16 de fevereiro, 1998.

SILVA, Queite M. Soares; BARBOSA, Rômulo Soares. Economia solidária e desenvolvimento local: um olhar sobre a cooperativa do Riachão na comunidade rural de Montes Claros – MG. In: IV Congresso em Desenvolvimento Social: mobilidades e desenvolvimentos, 4, 2014, Montes Claros. Anais... Montes Claros, Unimonte, set. 2014.

SILVA, José Luis Alves da; SILVA, Sandra Isabel Reis da. A economia solidária como base do desenvolvimento local. e-cadernos ces. França, v.2, dez.2008. Disponível em: < <https://eces.revues.org/1451>>. Acesso em: 13 mai.2016.

SINGER, Paul. A contribuição da economia solidária para a autonomia das mulheres. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Brasília, Edição especial, p. 46-51. 2012.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In Paul Singer e André Ricardo de Souza (orgs.), **A economia solidária no Brasil**, Contexto: São Paulo, 2000.

_____. Economia Solidária *versus* Economia Capitalista. Sociedade e Estado. V.16, n. 1-2, Brasília, June/Dec. 2001.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TELES, Glauciana Alves. *Mobilidade, trabalho e interações socioespaciais: o Complexo Industrial e Portuário do Pecém no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza*. 2015. 403f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Ceará.

TOMPKINS, E. L.; ADGER, W. N. Does adaptive management of natural resources enhance resilience to climate change? **Ecology and Society** v. 9 n. 2. 2014. [online]

Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss2/art10/>. Acesso em Jun 2015.

UVAIA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Uvaia&oldid=42344584>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

VAN HERK, Andrea Costa. Gênero e economia solidária: um olhar sobre a participação e atuação das mulheres nas organizações do Terceiro Setor. 2011. 188f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica Gabriel Cohn. Brasília: UNB, 1999.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo: brasiliense, 1985.